

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90002/2026

CONTRATANTE (Unidade Gestora – UG: 926669)

CISBAF - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA BAIXADA FLUMINENSE

OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento, implantação, manutenção e suporte técnico de solução integrada de Call Center, serviços de infraestrutura de TI, software de controle e gestão em saúde e rastreamento, destinados ao atendimento operacional da Central de Regulação Regional da Baixada Fluminense, abrangendo os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Conforme especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e nos Estudos Técnicos Preliminares, realizados com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito da Coordenadoria de TI, do Cisbaf.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 744.000,00 (setecentos e quarenta e quatro mil reais).

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes das obrigações assumidas com a presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

FONTE: FR 1.899.05 SAMU/CRU

PROGRAMA DE TRABALHO: 01.01.04.126.0022.2.006 –

MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES – SAMU - CENTRAL

NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.40.06.01.00 – TIC –

LICENCIAMENTO DE USO DE PROGRAMA –

SOFTWARE

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 20/07/2026 às 10:30 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço global

MODO DE DISPUTA:

Aberto

**CISBAF - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA BAIXADA
FLUMINENSE****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026**

Torna-se público que o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA BAIXADA FLUMINENSE - CISBAF**, sediado na Avenida Governador Roberto da Silveira, nº 2012, Posse, Nova Iguaçu/RJ CEP 26.020-740, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos do processo eletrônico nº 887/2026, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução CISBAF nº 03/2024, e dos demais normativos aplicáveis, todos disponíveis no endereço eletrônico, e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento, implantação, manutenção e suporte técnico de solução integrada de Call Center, serviços de infraestrutura de TI, software de controle e gestão em saúde e rastreamento, destinados ao atendimento operacional da Central de Regulação Regional da Baixada Fluminense, abrangendo os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Conforme especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e nos Estudos Técnicos Preliminares, realizados com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito da Coordenadoria de TI, do Cisbaf

1.1 A licitação será realizada pelo menor preço global, conforme tabela abaixo, devendo o licitante oferecer proposta para os seguintes itens:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	LICENCIAMENTO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE CALL CENTER E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TI, SOFTWARE DE CONTROLE E GESTÃO EM SAÚDE E RASTREAMENTO PARA A CRUR/BF	UNIDADE	1
02	SERVIDOR DE RACK DE 1U PARA OCUPAÇÃO DE ESPAÇO MÍNIMO	UNIDADE	2
03	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2KVA	UNIDADE	1
04	MONITORES/TV DE NO MÍNIMO 46 POLEGADAS	UNIDADE	3
05	TABLET	UNIDADE	70

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no sistema de compras do governo federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1 Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas

2.1.2 O procedimento será divulgado no sistema de compras do governo federal (www.gov.br/compras) e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

2.2 O certame será conduzido estritamente no formato eletrônico, utilizando-se a plataforma do Portal de Compras do Governo Federal, disponibilizada no endereço eletrônico **www.gov.br/compras**, sendo de inteira responsabilidade do licitante a observância das regras de funcionamento do sistema e o cumprimento dos requisitos de acesso.

2.3 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados neste item 2 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. No presente processo licitatório não há participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6 Será concedido o tratamento favorecido previsto nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI.

2.6.1 A obtenção dos benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

2.7 Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.3 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.4 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.5 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8 agente público do órgão ou entidade licitante, na qualidade de pessoa física ou de representante de pessoa jurídica;

2.7.9 não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;

2.7.10 sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.8 O impedimento de que trata o item 2.7.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.3 e 2.7.4 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9.1 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9.2 O disposto nos itens 2.7.3 e 2.7.4 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.10 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11 A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

2.12 É vedada a participação neste certame de sociedades cooperativas e de empresas reunidas em consórcio.

2.13 A vedação que trata o item 2.12 aos consórcios, fundamenta-se no fato de que o objeto a ser contratado, embora consista em uma solução tecnológica integrada, não demanda a união de esforços ou a execução por uma pluralidade de empresas em regime consorciado. Ressalta-se que a adoção dessa medida garante a centralização da responsabilidade técnica e não acarreta prejuízo à ampla competitividade, vez que o mercado fornecedor possui diversas empresas plenamente aptas a executar o objeto em sua totalidade de forma individual.

3. DAS DECLARAÇÕES E DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

3.1 Na presente licitação, a fase de habilitação será realizada após as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

3.3.5 cumpre as exigências de elaboração independente de proposta.

3.3.6 está ciente da obrigação de cumprimento de cota de aprendiz, na forma dos artigos 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho, e da necessidade de comprovar o cumprimento dessa exigência, por meio de certidão, no momento de assinatura do contrato;

3.3.7 não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar cujos efeitos ainda vigorem e sejam aplicáveis no âmbito do CISBAF.

3.4 O fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei n.º 14.133/2021.

3.4.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência de declaração na forma do item anterior impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.4.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de

pequeno porte, a ausência de declaração na forma do item 3.5 apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5 A falsidade das declarações de que tratam os itens 3.3 a 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e das declarações pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8 Após a fase de envio de lances, serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas.

3.9 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.10 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

3.11 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, conforme disposto no item 5.8, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.12 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1 Valor mensal e anual/total do item.

4.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7 O benefício de tributação pelo Simples Nacional dependerá do enquadramento ou não da atividade entre as hipóteses abrangidas pelo SIMPLES

4.8 O licitante cujo estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro deverá apresentar proposta isenta de ICMS, quando cabível, de acordo com o Convênio CONFAZ nº 26/2003 e a Resolução SEFAZ nº 971/2016, sendo este valor considerado para efeito de competição na licitação.

4.9 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.10 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de sua apresentação, podendo ser prorrogado, por igual período, salvo se houver justificativa para prazo diverso aceita pela Administração.

4.11 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Anexo deste Edital referente ao orçamento estimado (art. 59, III, da Lei nº 14.133/2021).

4.11.1 Os licitantes devem respeitar os preços unitários máximos estabelecidos no Anexo deste Edital para os itens que compõem o lote, se for o caso.

4.12 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor global do item.

5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 10,00 (dez reais).

5.9 Em caso de erro material, ao licitante será concedida a possibilidade de enviar solicitação de cancelamento do seu lance durante a realização da etapa de lances da sessão pública, que poderá ser aceita ou não pelo Pregoeiro.

5.9.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10 O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11 O envio de lances no pregão eletrônico se dará pelo modo de disputa “aberto”, devendo os licitantes apresentar lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, e caso o sistema eletrônico de contratações utilizado possua essa funcionalidade, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.4.1 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12 Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e

quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, quando houver, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

5.18.1 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances) ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.19.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

5.19.1.1 contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021;

5.19.1.2 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.19.1.3 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei;

5.19.1.4 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.;

5.19.1.5 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.19.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.19.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.19.2.2 empresas brasileiras;

5.19.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.19.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1 O Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2.8 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

d) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da

União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>);

e) Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União.

6.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.7 e 3.5 deste Edital.

6.5 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro negociará condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.5.1 A negociação ocorrerá sempre que a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou do orçamento estimado para a contratação, ou inferior ao desconto definido para a contratação, e poderá ser dispensada, nos demais casos, mediante justificativa da provável inefetividade da negociação.

6.5.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.5.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.5.4 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.5.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, por igual período, de ofício ou a

partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.6 Encerrada a negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observada a negociação e as condições de aceitabilidade da proposta.

6.7 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1 contiver vícios insanáveis;

6.7.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento por todos os participantes.

6.8 É indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde

que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação que trata o Anexo referente aos requisitos de habilitação deste Edital apenas ao licitante vencedor.

7.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será verificada pelo Pregoeiro por meio do registro cadastral no SICAF, quanto aos documentos por este abrangidos.

7.2.1 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.2.2 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação, exceto se o Pregoeiro, em consulta aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.2.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do SICAF, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de até 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

7.2.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.3 Após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a

apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

7.4 O Pregoeiro poderá, na análise dos documentos de habilitação, sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.

7.4.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o subitem anterior, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5 Na hipótese de o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.6 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o licitante será habilitado.

7.7 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após declarada sua habilitação.

7.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.9 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.10 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.11 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte será exigida nos termos da LC 123/06.

7.12 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente

apresentados em tradução livre.

7.12.1 O licitante deverá ter procurador residente e domiciliado no Brasil, com poderes para receber citação, intimação e responder administrativa e judicialmente por seus atos, juntando o instrumento de mandato com os documentos de habilitação.

7.12.2 Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660/2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.13 As certidões valerão nos prazos que lhes são próprios. Inexistindo esse prazo, reputar-se-ão válidas por 90 (noventa) dias, contados de sua expedição.

8. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS

8.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

8.1.1 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do e-mail funcional pregoeira@cisbaf.org.br, mediante confirmação de recebimento.

8.1.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

8.1.3 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

8.1.4 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela autoridade competente.

8.1.5 Modificado substancialmente o Edital como resultado da resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

8.2 Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 15 minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

8.2.1 As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, no prazo de três dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico de contratações ou, em sua indisponibilidade, para o e-mail funcional pregoeira@cisbaf.org.br mediante confirmação de recebimento,

contados:

a) a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

b) a partir da ata de julgamento, nas licitações com inversão de fases.

8.2.2 Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

8.2.3 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.2.4 Caberá ao Pregoeiro, no prazo de 3 (três) dias úteis, receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade superior quando mantiver sua decisão, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.2.5 Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.2.6 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.2.7 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

9.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá proceder na forma dos incisos I a III do art. 71 da Lei nº 14.133/2021, ou adjudicar o objeto e homologar a licitação, quando verificada a regularidade do procedimento.

10. DA CONVOCAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS

10.1 Uma vez homologado o resultado da licitação, a Administração convocará o licitante vencedor para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, bem como para demonstrar o atendimento às exigências deste Edital e do Termo de Referência que devam ser apresentadas no momento de assinatura do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Edital.

10.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado, 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte interessada durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.3 Na hipótese de o vencedor da licitação não assinar o contrato, ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para assumir o compromisso nas

condições propostas pelo licitante vencedor, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei.

10.4 Caso nenhum dos licitantes aceite a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização, poderá convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário; ou adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades estabelecidas na lei e neste Edital, em favor do órgão ou entidade licitante.

10.5.1 A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 10.4.

10.6 No momento da assinatura do Contrato, o adjudicatário apresentará certidão de cumprimento de cota de aprendizagem, expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, para fins de atendimento aos arts. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho.

10.7 Caso o valor da contratação se enquadre no limite previsto na legislação vigente, o licitante vencedor deverá demonstrar que mantém Programa de Integridade, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

10.7.1 Caso o licitante vencedor ainda não tenha programa de integridade instituído, deverá implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da assinatura do Contrato, na forma da legislação vigente.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1 Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

12. DA GARANTIA

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. PAGAMENTO

13.1 O contratante deverá pagar o preço ao contratado em 12 (doze) parcelas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente conforme cronograma de pagamento em anexo, na conta corrente de titularidade do contratado a ser indicada.

13.2 A emissão da Nota Fiscal ou Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto ou de cada parcela, mediante atestação, que não poderá ser realizada pelo ordenador de despesas, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência, bem ainda no art. 140, II, alínea b, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.1 Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar ao contratado para que emita Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado.

13.3 O contratado deverá encaminhar a Nota Fiscal ou Fatura para pagamento ao CISBAF através do endereço eletrônico tesouraria@cisbaf.org.br.

13.4 Recebida a Nota Fiscal ou Fatura, o órgão competente deverá verificar:

- a) a manutenção das condições de habilitação exigidas pelo instrumento convocatório;
- b) por consulta aos cadastros mencionados no item 7.1, se o contratado foi penalizado com as sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com o poder público, observadas as abrangências de aplicação; e
- c) por consulta ao SICAF, eventuais ocorrências impeditivas indiretas, hipótese na qual o gestor deverá verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

13.4.1 Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa e especifique provas que pretende produzir. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

13.4.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

13.4.3 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

13.4.4 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do Contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

13.5 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

13.6.1 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

13.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

13.6.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.6.2 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele Regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar nº 123/2006.

13.7 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível ao contratado, sofrerão a incidência de atualização monetária e juros de mora pelo IPCA-E, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido no instrumento convocatório serão feitos mediante desconto de 0,5% (um meio por cento) ao mês, calculado *pro rata die*.

13.8 O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas a, b, c, d e e, do §1º, do art. 2º da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

13.9 Caso o contratado não esteja aplicando o regime de cotas, na forma deste Edital e do Contrato, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do Contrato.

14. PRAZO CONTRATUAL

14.1 O prazo de vigência do Contrato é de 12(doze) meses, contado da data da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

14.2 O prazo de vigência do Contrato poderá ser prorrogado, sucessivamente, até o máximo de 10 (dez) anos, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que observadas as

condições previstas no Contrato, e mediante a celebração de termo aditivo.

15. REAJUSTE

15.1 Os preços contratados serão reajustados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

15.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste será contado da data do orçamento estimado.

15.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

15.4 Os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

15.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

15.5.1 Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

15.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

15.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.8 O pedido de reajuste deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

15.8.1 Os efeitos financeiros do pedido de reajuste serão contados:

- a) da data-base prevista no contrato, desde que requerido o reajuste no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente;
- b) a partir da data do requerimento do contratado, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade do reajustamento, já adotado no Edital e no Contrato.

15.9 Caso, na data de eventual prorrogação contratual, ainda não tenha sido divulgado o índice de reajuste, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro do contratado, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

15.10 A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento do reajuste solicitado tempestivamente, hipótese em que será concedido por meio de termo indenizatório.

15.11 O reajuste será realizado por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

15.12 O reajuste de preços não interfere no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

16. EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAIS

16.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão e a fiscalização, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento se submetem ao disposto no Termo de Referência anexo a este Edital.

17. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

17.1 Constitui infração administrativa, a prática, pelo licitante ou contratado, das seguintes condutas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021:

17.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

17.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

17.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

17.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

17.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, em especial quando:

17.1.5.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

17.1.5.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

17.1.5.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

17.1.5.4 deixar de apresentar amostra; ou

17.1.5.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

17.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação,

quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

17.1.6.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

17.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

17.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o certame ou a execução do contrato;

17.1.9 fraudar o certame ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

17.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

17.1.10.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.1.10.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

17.1.10.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

17.1.10.4 apresentar declaração falsa quanto às condições de participação ou quanto ao enquadramento como ME/EPP;

17.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

17.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

17.2 O licitante ou contratado que cometer qualquer das condutas discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

17.2.1 Advertência, prevista no art. 156, I, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração descrita no item 17.1.1, de menor potencial ofensivo, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

17.2.2 Multa administrativa, prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, pela infração dos subitens 17.1.1 a 17.1.12, que não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do Contrato, devendo ser observados os seguintes parâmetros:

a) multa de 0,5% a 1,5%, nos casos da infração prevista no subitem 17.1.1, incidente sobre o valor anual do Contrato;

b) multa de 0,5% a 15%, nos casos das infrações previstas nos subitens 17.1.2 a 17.1.7, incidente sobre o valor anual do Contrato;

c) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas nos subitens 17.1.8 a 17.1.12, incidente sobre o valor anual do Contrato;

17.2.2.1 Na hipótese de a infração ser cometida antes da celebração do Contrato, a base de cálculo da multa do item 17.2.2 será o valor anual estimado da contratação.

17.2.2.2 Em caso de reincidência, o valor total das multas administrativas aplicadas não poderá exceder o limite de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do Contrato.

17.2.2.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, perderá esse valor, na forma do art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133/2021, e conforme o procedimento previsto no item 17.13.

17.2.2.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, na forma do art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133/2021.

17.2.3 Impedimento de licitar e contratar, prevista no art. 156, III, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 17.1.2 a 17.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito do CISBAF, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

17.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, prevista no art. 156, IV, § 5º, da Lei nº 14.133/2021, nos casos relacionados nos subitens 17.1.8 a 17.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

17.3 Sem prejuízo da multa administrativa prevista no art. 156, II, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, o atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o contratado, independente de notificação, na forma do art. 408 do Código Civil, à multa de mora no percentual de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite de 30% (trinta por cento) do valor do Contrato.

17.3.1 A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do Contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Contrato.

17.4 No caso de inexecução total ou parcial do objeto, que acarrete a rescisão do Contrato, será automaticamente devida multa compensatória no valor de 10 % do valor do Contrato.

17.4.1 A multa compensatória, isoladamente aplicada ou quando somada ao valor da multa moratória convertida, não poderá exceder o limite previsto no art. 412 do Código Civil, ou seja, o valor da obrigação principal.

17.5 Na aplicação das sanções serão considerados os seguintes requisitos, previstos no art. 156,

§ 1º, incisos I a V, da Lei nº 14.133/2021:

17.5.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

17.5.2 as peculiaridades do caso concreto;

17.5.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes,

17.5.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

17.5.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

17.6 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão ou entidade contratante, sendo competentes para sua aplicação:

a) as sanções previstas nos itens 17.2.1, 17.2.2 e 17.2.3 serão impostas pelo Ordenador de Despesa;

b) a aplicação da sanção prevista no item 17.2.4, na forma do art. 156, § 6º, I, da Lei nº 14.133/2021, é de competência exclusiva do Presidente do CISBAF.

17.7 A aplicação de quaisquer das penalidades administrativas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante ou contratado, devendo ser observado o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

17.7.1 A aplicação de sanção será antecedida de intimação do licitante ou contratado, que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do Edital e/ou do Contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso, assim como o prazo e o local para a apresentação da defesa, com a possibilidade de produção de provas.

17.7.2 A defesa prévia do licitante ou contratado será exercida no prazo de:

a) 15 (quinze) dias úteis, no caso da aplicação das sanções previstas nos itens 17.2.1 e 17.2.2, contado da data da intimação;

b) 15 (quinze) dias úteis, no caso de aplicação das sanções previstas nos itens 17.2.3 e 17.2.4, contado da data da intimação, observado o procedimento estabelecido no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

17.7.3 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

17.8 A aplicação das sanções previstas no Edital e no Contrato não exclui, em hipótese alguma:

a) a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública, na forma do art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 416, parágrafo único, do Código Civil; e

b) a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, na forma dos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021, garantido o contraditório e a ampla defesa.

17.8.1 Aplica-se o disposto na alínea a do item 17.8 à multa compensatória, nos termos do parágrafo único do art. 416 do Código Civil.

17.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, observados os requisitos estabelecidos no art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

17.10 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

17.10.1 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional, nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

17.10.2 O processamento do Processo Administrativo de Responsabilização não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

17.10.2.1 Caso seja possível, a apuração deverá ser promovida em conjunto no Processo Administrativo de Responsabilização.

17.11 Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado a apuração de fatos e, se for o caso, aplicação de sanções ao licitante ou contratado, em decorrência de conduta vedada no Edital e/ou no Contrato, as comunicações serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado pela empresa junto ao sistema eletrônico de contratações.

17.11.1 O licitante ou contratado deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico ("e-mail") cadastrado junto ao sistema eletrônico de contratações e confirmar o recebimento das mensagens encaminhadas pelo órgão ou entidade contratante, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

17.12. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar deverá ser comunicada à Controladoria Geral, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da sua aplicação, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), na forma do art. 161 da Lei nº 14.133/2021.

17.13 Caso não seja efetuado o pagamento da multa aplicada ou o valor seja superior ao do pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, deverá ser emitida nota de débito no valor total ou do saldo, no prazo de 30 (trinta) dias após a decisão final quanto à penalidade.

17.13.1 A nota de débito deverá ser encaminhada para inscrição do débito em dívida ativa e propositura de execução fiscal, na forma do art. 39 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

18.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

18.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

18.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

18.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

18.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

18.10 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

Anexo I - Termo de Referência

Anexo II - Minuta de Termo de Contrato

Anexo III - Documentação exigida para Habilitação

Anexo IV - Orçamento estimado

Anexo V - Modelo de apresentação da proposta

Nova Iguaçu, 26 de junho de 2026

**YASMIM ROBLES
AGENTE DE
CONTRATAÇÃO**

CIENTE E DE ACORDO:

**ROSANGELA BELLO
SECRETÁRIA EXECUTIVA DO CISBAF**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO nº 90002/2026
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

A firma abaixo se propõe a executar o objeto deste edital, conforme discriminado no Termo de Referência – Anexo I, pelos preços e condições assinalados na presente, obedecendo rigorosamente às disposições da legislação competente.

Proponente: _____

Endereço: _____ Cidade: _____

_____ Estado: _____ CEP: _____ Telefone: _____

E-mail: _____ CNPJ: _____ Insc. _____

Estadual: _____ Insc. Munic. _____

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	LICENCIAMENTO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE CALL CENTER E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TI, SOFTWARE DE CONTROLE E GESTÃO EM SAÚDE E RASTREAMENTO PARA A CRUR/BF	UNIDADE	1
02	SERVIDOR DE RACK DE 1U PARA OCUPAÇÃO DE ESPAÇO MÍNIMO	UNIDADE	2
03	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2KVA	UNIDADE	1
04	MONITORES/TV DE NO MÍNIMO 46 POLEGADAS	UNIDADE	3
05	TABLET	UNIDADE	70

1. PREÇO TOTAL OFERTADO:

1.1. O preço total ofertado é R\$ _____
(_____).

1.2. O preço ofertado inclui todos os custos de mão de obra, taxas, impostos, seguros, encargos sociais, administração, trabalhistas, previdenciários, contribuições parafiscais e outros que venham a incidir sobre o objeto do Edital do(a) Pregão Eletrônico nº xx/2026.

2. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

2.1. A execução dos serviços dar-se-á na forma estabelecida no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do edital.

3. DA VIGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

3.1. O prazo de vigência da contratação será de 01 (um) ano, contados da data de assinatura.

3.2. O contrato decorrente da licitação poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo decenal máximo previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

4. DO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

4.1. O prazo de validade desta proposta comercial é de 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação das propostas, observado o disposto no caput e inciso I do artigo 183 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. DADOS BANCÁRIOS:

BANCO:

CONTA CORRENTE:

AGÊNCIA:

Local e Data

Identificação e assinatura do responsável legal

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90002/2026

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO Nº __/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA BAIXADA FLUMINENSE E A EMPRESA _____ PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE _____

O **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA BAIXADA FLUMINENSE - CISBAF**, com sede na Avenida Governador Roberto da Silveira, 2012, Posse, Nova Iguaçu/RJ CEP 26.020-740, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº 03.681.070/0001-40, doravante designado, simplesmente, de CISBAF, neste ato representado por sua Secretária Executiva, **Dra Rosangela Bello**, e a empresa _____ doravante designada, simplesmente, **CONTRATADA**, com sede na __, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº __, neste ato representada por _____, devidamente qualificado nos autos, em decorrência do resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº xx/2026**, ajustam entre si o presente **CONTRATO**, parte integrante do processo administrativo **887/2026**, mediante as seguintes **CLÁUSULAS E CONDIÇÕES**:

CLÁUSULA PRIMEIRA

(OBJETO)

O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento, implantação, manutenção e suporte técnico de solução integrada de Call Center, serviços de infraestrutura de TI, software de controle e gestão em saúde e rastreamento, destinados ao atendimento operacional da Central de Regulação Regional da Baixada Fluminense, **nas condições, quantidades e especificações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I do EDITAL do PREGÃO ELETRÔNICO.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do objeto será realizada em conformidade com a Proposta Comercial da **CONTRATADA**, datada de __ de _____ de 20__, com o Termo de Julgamento do PREGÃO ELETRÔNICO, acostados às peças __e __, respectivamente, do processo administrativo **887/2026**, os quais, juntamente com o **EDITAL** do PREGÃO ELETRÔNICO e seus

ANEXOS, são partes integrantes e inseparáveis deste **CONTRATO**, independentemente de transcrição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O objeto poderá sofrer acréscimos ou supressões, nos limites previstos no artigo 125 da Lei Federal n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA

(PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO)

O **prazo de vigência do contrato** será de **01 (um) ano** e começará a contar a partir da data de assinatura, tendo como condição de eficácia a sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma da Cláusula Vigésima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo determinado para início dos serviços no Termo de Autorização poderá ser prorrogado, desde que formalizado pleito com as razões e justificativas a serem submetidas à análise e aceitação da Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Eventual pedido de prorrogação **nos termos do parágrafo anterior**, deverá ser encaminhada à Coordenadoria de Compras, Licitações e Contratos, e-mail: licitacao@cisbaf.org.br.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O prazo de vigência deste contrato poderá ser prorrogado, em periodicidade sucessiva em relação ao seu prazo inicial, respeitado o prazo decenal previsto no artigo 107 da Lei Federal 14.133/21, desde que as condições e os preços permaneçam vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a sua extinção sem ônus para qualquer das partes.

PARÁGRAFO QUARTO – A prorrogação contratual é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

PARÁGRAFO QUINTO - Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.

PARÁGRAFO SEXTO - A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Além da possibilidade de extinção contratual pela ausência de vantajosidade compreendida no parágrafo 4º desta cláusula, o contrato poderá ser extinto ainda no caso da inexistência de créditos orçamentários para a sua continuidade, na forma prevista no inciso III e § 1º do artigo 106 da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA

(PREÇO)

O preço total estimado deste **CONTRATO** é de R\$ _____. O valor mensal referente ao serviço de _____ é de R\$ _____.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta contratação.

CLÁUSULA QUARTA

(RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS)

A presente despesa correrá à conta do orçamento do exercício de 20____, no valor de R\$ _____, comprometida por conta da Dotação Orçamentária existente no Programa de Trabalho _____ e pela Natureza de Despesa _____, com cobertura através da Nota Empenho nº _____.

PARÁGRAFO ÚNICO: As despesas relativas ao(s) exercício(s) subsequente(s), correrão por conta da(s) dotação(ões) orçamentária(s) respectiva(s), devendo ser empenhadas no início do(s) exercício(s).

CLÁUSULA QUINTA

(MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS)

O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA

(GARANTIA FINANCEIRA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL)

Em conformidade com o disposto no **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO**, não será exigida garantia contratual.

CLAUSULA SÉTIMA

(RECEBIMENTO DO OBJETO)

Depois de executado, o objeto será recebido na forma definida previamente pela unidade requisitante dos serviços contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O recebimento do objeto será realizado de forma provisória, por servidor a ser indicado pelo Contratante, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis e nos termos do art. 140, inciso I, alínea a, da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Após o recebimento provisório, a fiscalização irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, identificando eventuais problemas. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que o objeto foi executado em desacordo com o especificado, com defeito ou incompleto, a fiscalização notificará por escrito a contratada, interrompendo-se os prazos de recebimento e ficando suspenso o pagamento até que sanada a irregularidade.

PARÁGRAFO QUARTO - O recebimento definitivo do objeto será efetuado mensalmente, por servidor a ser indicado pela Contratante, nos termos do artigo 140, inciso I, alínea b, da Lei Federal nº 14.133/21, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas no termo de referência, desde que cumpridas as seguintes exigências:

- A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços.

PARÁGRAFO QUINTO - O aceite/aprovação dos serviços pelo CISBAF não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade e/ou qualidade ou disparidades com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA

(CONDIÇÕES DE PAGAMENTO)

Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do CISBAF, CNPJ/MF nº 03.681.070/0001-40, situado na Avenida Governador Roberto Silveira, 2012, Posse, Nova Iguaçu/RJ, CEP 26.020-740.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação, admitindo-se o encaminhamento por meio eletrônico para o e-mail: tesouraria@cisbaf.org.br.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O CISBAF efetuará o pagamento mediante crédito em conta-corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, a contar da atestação da nota fiscal/fatura apresentada, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas no termo de referência – Anexo I do edital e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso da ocorrência de descontos por glosas ou sanções, a contratada deverá ser comunicada previamente para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato

dimensionado pela fiscalização.

PARÁGRAFO QUARTO - Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa do CISBAF o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento), por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

PARÁGRAFO QUINTO - O pagamento da multa e da compensação financeira a que se refere o subitem anterior será efetivado mediante autorização expressa da Secretária Executiva do CISBAF, em processo próprio, que se iniciará com o necessário requerimento que lhe for dirigido pela licitante contratada.

PARÁGRAFO SEXTO - Na ocasião de cada pagamento a ser efetuado, observadas as condições específicas da licitante CONTRATADA, aplicar-se-á, no que couber, a retenção tributária na fonte dos tributos federais e municipais, conforme disposto na Lei Federal nº 9.249, de 26/12/1995, na Lei Federal 9.430, de 27/12/1996, na Instrução Normativa SRF nº 1234, de 11/01/2012, na Instrução Normativa SRF nº 971, de 13/11/2009, e na Lei Complementar nº 116, de 31/07/2003, combinada com a correspondente lei municipal do local de prestação dos serviços.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A CONTRATADA que estiver enquadrada nas hipóteses de não retenção tributária (artigo 4º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) ou amparada por medida judicial que suspenda a exigibilidade do crédito tributário (artigo 36º da Instrução Normativa SRF nº 1.234, de 11/01/2012) deverá apresentar o documento de cobrança acompanhado da comprovação de que continua enquadrada ou amparada, sob pena de retenção de tributos pela fonte pagadora.

PARÁGRAFO OITAVO - Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

CLÁUSULA NONA

(OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA)

As partes deverão cumprir, durante toda a execução do **CONTRATO**, as obrigações e responsabilidades impostas pelo edital e seus anexos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Compete ao **CONTRATANTE**:

- I. Expedir as autorizações de início de serviços necessárias para o começo da prestação de serviços por parte da **CONTRATADA**;
- II. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da **CONTRATADA** às dependências da contratante relacionadas à execução do objeto;
- III. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado, verificando, ainda, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação e prestando as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratado, que venham a ser

- solicitados por representante legal ou preposto da contratada;
- IV. Reservar à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos contratualmente e tudo o mais que se relacione com a prestação dos serviços, desde que não acarrete ônus para o **CISBAF** ou modificação das obrigações;
 - V. Notificar a **CONTRATADA**, por escrito, da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
 - VI. Manter, através da Fiscalização, registros de ocorrências com a junção de documentos relacionados com eventuais serviços realizados em desconformidade com a contratação;
 - VII. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos com as especificações constantes do termo de referência, edital de licitação e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
 - VIII. Efetuar o pagamento à **CONTRATADA**, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital de licitação e seus anexos;
 - IX. Realizar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber;
 - X. Conduzir os procedimentos relativos a aplicação de reajuste e revisão de preços;
 - XI. Aplicar à contratada, penalidades administrativas por descumprimento das obrigações contratuais e do edital de licitação;
 - XII. Sustar, no todo ou em parte, a execução dos serviços, sempre que a medida for considerada necessária;
 - XIII. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
 - XIV. Fiscalizar, mensalmente, o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, especialmente:
 - a) A concessão de férias remuneradas e o pagamento do respectivo adicional, bem como de auxílio-transporte, auxílio-alimentação e auxílio-saúde, quando for devido;
 - b) O recolhimento das contribuições previdenciárias e do FGTS dos empregados que efetivamente participem da execução dos serviços contratados, a fim de verificar qualquer irregularidade;
 - c) O pagamento de obrigações trabalhistas e previdenciárias dos empregados dispensados até a data da extinção do contrato;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Compete à CONTRATADA

- I. Executar os serviços contratados conforme especificações do termo de referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados e recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, bem como providenciar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios

- necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução do objeto;
- II. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos técnicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- III. Executar os serviços objeto do presente termo rigorosamente no prazo pactuado, bem como cumprir todas as demais obrigações impostas pelo Edital e seus anexos;
- IV. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital;
- V. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto nos limites fixados pela Lei Federal nº 14.133/2021;
- VI. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- VII. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, securitárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- VIII. Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos e prejuízos, de qualquer natureza, causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, respondendo por si e por seus sucessores, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização.
- IX. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, observando, ainda, as normas de segurança da Contratante, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- X. Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo as exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.
- XI. Credenciar, junto ao **CISBAF**, preposto(s) que atenderá(ão) às requisições dos serviços e receberá(ão) as instruções do responsável pelo gerenciamento e fiscalização, bem como prestará(ão) às autoridades competentes as informações e assistência necessárias ao bom cumprimento de suas funções durante a execução contratual.
- XII. Atender às medidas técnicas e administrativas determinadas pela Fiscalização;
- XIII. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização da Contratante;
- XIV. Garantir acesso, a qualquer tempo, da Fiscalização ao serviço em contratação;
- XV. Cientificar, imediatamente, à Fiscalização qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verificar no serviço;
- XVI. É vedada a transferência de responsabilidade da CONTRATADA;

XVII. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

XVIII. Ser a única responsável por todos os ônus tributários federais, estaduais e municipais, ou obrigações concernentes à legislação social, trabalhista, fiscal, securitária ou previdenciária, bem como por todos os gastos e encargos inerentes à mão de obra necessária à perfeita execução do objeto contratual, entendendo-se como ônus tributários: pagamento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições parafiscais, empréstimos compulsórios, tarifas e licenças concedidas pelo poder público;

XIX. -Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, securitárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

XX - Manter em sigilo toda informação referente ao **CISBAF** que a contratada e seus prepostos vierem a tomar conhecimento por necessidade de execução dos serviços ora contratados não poderá, sob hipótese alguma, ser divulgada a terceiros, sendo responsável civil, penal e administrativamente pelo uso das informações sigilosas a que tiver acesso.

XXI - Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto desta contratação, nos termos do artigo 125 da Lei Federal n.º 14.133/21.

XXII - Manter, durante toda vigência da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital em compatibilidade com as obrigações assumidas, na forma do inciso XVI do artigo 92 da Lei Federal 14.133/21.

XXIII - Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, comprovando tal atendimento com documentos e informações, quando solicitado, indicando os empregados que preenchem as referidas vagas, na forma do inciso XVII do artigo 92 e artigo 116 da Lei Federal 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA

(DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS)

As partes envolvidas, por si e por seus colaboradores, deverão observar as disposições da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD, quando do tratamento dos dados pessoais ou dados pessoais sensíveis, em especial quanto à finalidade, boa-fé e demais princípios insculpidos no art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATANTE figura na qualidade de Controlador de dados enquanto a CONTRATADA é definida como Operadora de dados.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATANTE e a CONTRATADA serão consideradas controladoras conjuntas quando esta transferir dados pessoais e dados pessoais sensíveis de seus representantes, prepostos ou

colaboradores à CONTRATANTE.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA indicará encarregado para assuntos relacionados à LGPD que poderá ser o mesmo colaborador qualificado como preposto para outros assuntos relacionados à execução do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O fiscal nomeado pelo CONTRATANTE contará com a orientação da unidade do CONTRATANTE indicada como encarregada para atuar como canal de comunicação entre o CONTRATANTE, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

PARÁGRAFO QUINTO – A CONTRATANTE tratará dados pessoais e dados pessoais sensíveis dos representantes, prepostos ou colaboradores da CONTRATADA, para viabilizar acesso às instalações físicas e sistemas de informação essenciais ao desenvolvimento das atividades contratadas, além de cumprir com o dever legal de fiscalização na execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – Os dados pessoais dos representantes, prepostos e colaboradores da CONTRATADA, obtidos em razão desse contrato, poderão ser divulgados pela CONTRATANTE com a finalidade de cumprir mandamentos legais e jurisprudenciais relacionados à transparência.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A CONTRATADA está obrigada a guardar sigilo por si, por seus colaboradores ou prepostos, nos termos da LGPD, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento ou ter acesso em razão deste contrato, em especial os dados sensíveis de saúde, ficando, na forma da lei, responsáveis pelas consequências de eventual tratamento indevido ou uso em desconformidade com o objeto desse contrato, sendo vedado o uso, compartilhamento ou comercialização dessas informações para quaisquer fins alheios ao objeto contratual.

PARÁGRAFO OITAVO – A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula contratual, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados ao tratamento dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis.

PARÁGRAFO NONO – A CONTRATANTE se certificará de que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitas a obrigações legais de confidencialidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO – É vedado à CONTRATADA o tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – A CONTRATADA responderá administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais tratados, causados em decorrência da execução contratual, por inobservância à LGPD.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – A CONTRATADA fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição,

perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, para que a CONTRATANTE adote, se for o caso, as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Extinto o presente instrumento ou alcançado o objeto que encerre o tratamento de dados pessoais, estes serão eliminados, inclusive toda e qualquer cópia deles porventura existente, seja em formato físico ou digital, autorizada a conservação conforme as hipóteses previstas no art.16 da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA
DA PROPRIEDADE DOS DADOS E
PRIVACIDADE

A propriedade intelectual sobre o software, o código-fonte e a arquitetura da solução tecnológica permanecerá com a Contratada. No entanto, todos os dados, metadados e informações inseridos, processados, tratados, gerados ou armazenados em razão da execução do presente Contrato pertencem, de forma exclusiva e inalienável, à Administração Pública (CISBAF).

A Contratada assegura a integral disponibilização dos dados de propriedade do CISBAF sempre que solicitado pela fiscalização do contrato e, obrigatoriamente, ao término ou rescisão da contratação.

Fica garantida a reversibilidade da solução, obrigando-se a Contratada a fornecer, no encerramento do vínculo, a integralidade do banco de dados em formato aberto, interoperável, estruturado e legível por máquina (ex: JSON, XML, CSV ou SQL export), garantindo a portabilidade segura das informações para sistemas futuros do consórcio, sem retenção de qualquer cópia não autorizada.

CLAÚSULA DÉCIMA SEGUNDA
(REVISÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO)

Os preços serão fixos e irrevogáveis, e inexistirá a possibilidade de adoção pelas partes de qualquer espécie de atualização financeira antes do interregno mínimo de um ano.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os preços contratados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados ou contratados, nas seguintes situações:

- I - em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuados, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- III - No caso de prorrogação do prazo de vigência contratual, e desde que observado o interregno

mínimo de um ano, contado da data base do orçamento estimado, de _____, ou, nos **reajustes** subsequentes ao primeiro ocorrido nesse(s) contrato(s), da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser **reajustados**, utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pedido de **restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro** deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do artigo 107 da Lei Federal 14.133/21.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A Administração deverá efetuar **resposta ao pedido de reajuste/repactuação** no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data da sua solicitação.

PARÁGRAFO QUARTO – O prazo para resposta ao pedido de **reajuste/repactuação** de preços somente começará a fluir a partir do momento em que o pedido da contratada se encontre correto e completamente instruído.

PARÁGRAFO QUINTO - É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

PARÁGRAFO SEXTO - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso seja requerido o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, fica o CISBAF obrigado a responder no prazo máximo de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação necessária para apreciação do pleito da contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

(GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO)

O gerenciamento e a fiscalização deste **CONTRATO** caberão, ao CISBAF, que determinará(ão) o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, na(s) sua(s) falta(s) ou impedimento(s), ao(s) seu(s) substituto(s).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ficarão reservados à fiscalização o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previsto no **CONTRATO** e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o **CISBAF** ou modificação da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ao gestor do Contrato caberá a verificação do cumprimento integral das obrigações da contratada.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As decisões que ultrapassarem a competência do fiscal do **CISBAF** deverão ser solicitadas formalmente pela **CONTRATADA** à autoridade administrativa imediatamente superior ao fiscal, através dele, em tempo hábil para a adoção de medidas convenientes.

PARÁGRAFO QUARTO - A **CONTRATADA** deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de

inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessários ao desenvolvimento de sua atividade.

PARÁGRAFO QUINTO - A existência e a atuação da fiscalização em nada restringirão a responsabilidade única, integral e exclusiva da **CONTRATADA**, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante o CISBAF ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução contratual não implicará corresponsabilidade do **CISBAF** ou de seus prepostos, devendo, ainda, a **CONTRATADA**, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato ao **CISBAF** dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

(SANÇÕES ADMINISTRATIVAS)

Pelo descumprimento total ou parcial deste **CONTRATO**, o **CISBAF** poderá, sem prejuízo das responsabilidades civis e criminais que couberem, aplicar as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 156 da Lei nº 14.133/2021 e na Lei 12.846/13:

- I – **Advertência,**
- II – **Multas,**
- III – **Impedimento de Licitar e Contratar,**
- IV – **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar.**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O licitante contratado estará sujeito às sanções previstas no inciso I a IV no caput desta cláusula, no caso das condutas e ocorrências previstas na Lei nº 14.133/21 e Lei 12.846/13: I - dar causa à inexecução parcial deste **CONTRATO**;

II - dar causa à inexecução parcial deste **CONTRATO** que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total deste **CONTRATO**;

IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução deste **CONTRATO**;

VI - praticar ato fraudulento na execução deste **CONTRATO**;

VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

VIII - obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO** ou nos respectivos instrumentos contratuais, conforme a letra *f* do inciso IV do artigo 5º da Lei Federal 12.846/13;

IX - manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública, consoante a letra g do inciso IV do artigo 5º da Lei 12.846/13;

X - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, dando causa à instauração de dispensa eletrônica ou à celebração de contrato cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário;

XI - fraudar, em prejuízo da Administração Pública, licitação ou contrato dela decorrente, mediante:

a - entrega de mercadoria ou prestação de serviços com qualidade ou em quantidade diversas das previstas no **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO** ou nos instrumentos contratuais;

b - fornecimento, como verdadeira ou perfeita, de mercadoria falsificada, deteriorada, inservível para consumo ou com prazo de validade vencido;

c - entrega de uma mercadoria por outra;

d - alteração da substância, qualidade ou quantidade da mercadoria ou do serviço fornecido;

e - qualquer meio fraudulento que torne injustamente mais onerosa para a Administração Pública a proposta ou a execução deste **CONTRATO**;

PARÁGRAFO SEGUNDO – Na aplicação das sanções, conjugadas as diretrizes do §1º do artigo 156 da Lei nº 14.133/21, e do artigo 7º da Lei Federal 12.846/13, será observado o princípio da proporcionalidade, considerando-se especialmente (1) a natureza e a gravidade da infração cometida, (2) as peculiaridades do caso concreto, (3) as circunstâncias agravantes ou atenuantes, (4) os danos para a Administração, (5) a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator, (6) a consumação ou não da infração, (7) o grau de lesão ou perigo de lesão, (8) o efeito negativo produzido pela infração, (9) a situação econômica do infrator, (10) a cooperação da pessoa jurídica para a apuração das infrações, (11) a existência de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A **Advertência** será aplicável na hipótese do inciso I do **parágrafo primeiro desta cláusula**, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21), no caso de infrações leves que não geram efetivo prejuízo à Administração;

PARÁGRAFO QUARTO – O **Impedimento de Licitar e Contratar** será aplicável na ocorrência das infrações administrativas previstas nos incisos II, III e IV do **parágrafo primeiro desta cláusula**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

PARÁGRAFO QUINTO – A **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** será aplicável nas hipóteses dos incisos V a XI, do **parágrafo primeiro desta cláusula**, acrescentando-se ainda as infrações administrativas previstas para o Impedimento de Licitar e Contratar que justifiquem a imposição de

penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos

PARÁGRAFO SEXTO – De forma cumulativa às sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput desta cláusula, poderão ser aplicadas ainda **multas moratórias e compensatórias**, dentro dos limites definidos no §3º, do artigo 156, da Lei nº 14.133/2021, na forma da Tabela de Eventos e disposições adiantes descritas, além daquelas previstas no termo de referência.

I - Nos reiterados atrasos injustificados durante a execução contratual, a multa de mora poderá ser convertida em compensatória, podendo a Administração promover a extinção unilateral com a aplicação cumulada de outras sanções previstas nesta cláusula, consoante disposições contidas no caput e § único do artigo 162 da Lei nº 14.133/2021.

II - A inexecução total da avença contratual sujeitará o contratado a multa compensatória de 30% do valor da contratação, além das demais penalidades de aplicabilidade previstas nesta cláusula.

III - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, o valor será perdido.

IV – As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, não sendo ainda compensatórias diante da sua natureza, seja por mora ou pena, exceto no caso previsto no inciso I deste parágrafo.

V - A aplicação das multas deverá, sempre que possível e cabível, ser precedida de Advertência a ser encaminhada à **CONTRATADA**, de forma a efetuar tentativa de regularização da situação de infração vislumbrada e observar a gradação hierárquica na aplicabilidade das sanções administrativas.

VI - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito do **CISBAF** de rescindir de pleno direito o **CONTRATO**, independente de ação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A aplicação das sanções estabelecidas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula é da competência do(a) do(a) titular da fiscalização do contrato e a do inciso IV de competência exclusiva da autoridade máxima do **CISBAF**.

PARÁGRAFO OITAVO – A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma a responsabilidade da **CONTRATADA** pelas perdas e danos que as infrações possam ter causado à Administração, sem prejuízo de sua reparação, nos termos do § 3º e 9º do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

PARÁGRAFO NONO – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao contratante, observando-se especialmente os seguintes **ritos**:

I - A aplicação das sanções de **Impedimento de Licitar e Contratar** e **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar** requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, na forma do caput e parágrafos do artigo 158 da Lei 14.133/21, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

II - Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, conforme § 2º do artigo 158 da Lei nº 14.133/2021.

III - A **Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar**, de competência exclusiva da autoridade máxima do **CISBAF**, deve ser precedida ainda da devida análise por parte da Assessoria Jurídica do CISBAF, na forma do § 6º do artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

IV - As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, observadas as demais formalidades legais, conforme artigo 156 da Lei nº 14.133/2021.

V - No prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, o **CISBAF** informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO – Da aplicação das sanções administrativas previstas cabe o direito de defesa à **CONTRATADA**, com interposição de recursos administrativo e pedidos de reconsideração, nas condições e prazos adiante descritos:

a) Recurso Administrativo, a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis) contados da intimação da aplicação das sanções previstas nos incisos I a III do caput da Cláusula anterior, que no caso de não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis o encaminhará com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos, nos termos do caput e parágrafo único do art. 166 da Lei nº 14.133/2021;

b) Pedido de Reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação da aplicação da sanção prevista no inciso IV do caput da Cláusula anterior, o qual deverá ser decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis contado do seu recebimento nos termos do art. 167 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

(SUBCONTRATAÇÃO, SUB-ROGAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA)

Não será admitida a subcontratação, total ou parcial, do objeto contratual. A execução deverá ser realizada de forma exclusiva pela Contratada, em razão da natureza técnica e integrada do sistema. A indivisibilidade do objeto é condição essencial para garantir a segurança dos dados, a padronização do suporte e a eficiência do serviço de urgência e emergência, não cabendo o fracionamento de responsabilidades com terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

(FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO)

É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; reste documental e exaustivamente comprovado que as operações travadas entre as pessoas jurídicas resultaram, de fato, na transferência da estrutura referente às atividades envolvidas no contrato celebrado com o CISBAF; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa; e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

(RENÚNCIA A DIREITOS)

O não exercício, por qualquer das partes, de direito previsto neste **CONTRATO**, não representará renúncia ao seu exercício, com relação ao mesmo fato ou a fatos futuros.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

(EXTINÇÃO CONTRATUAL)

O presente **CONTRATO** poderá ser extinto unilateralmente, de pleno direito, pelo **CISBAF**, por ocorrência das situações previstas nos incisos I a IX do artigo 137 da Lei 14.133/21, mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, observando-se ainda o teor do parágrafo segundo do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A extinção operará seus efeitos a partir da publicação do ato administrativo no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

PARÁGRAFO SEGUNDO - A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, as seguintes consequências:

- I - assunção imediata do objeto do contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio da Administração;
- II - ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

III - retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - No caso deste CONTRATO vir a ser extinto por dolo ou culpa da CONTRATADA, serão aplicadas as sanções previstas neste CONTRATO e na legislação aplicável; se, por outro lado, tal rescisão provocar dano ao CISBAF, será promovida a responsabilidade da CONTRATADA, visando ao ressarcimento destes danos.

PARÁGRAFO QUARTO - De qualquer penalidade que venha a ser imposta à **CONTRATADA** caberá recurso, na forma da legislação aplicável, e pedido de reconsideração, ao Presidente do **CISBAF**, no caso de Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Impedimento de Licitat e Contratar.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

(LEGISLAÇÃO APLICÁVEL)

As **PARTES CONTRATANTES** declaram-se sujeitas às cláusulas e condições deste **CONTRATO**, às regulamentações aplicáveis à espécie e, em especial, a **Lei 14.133/2021** - Normas Gerais de Licitação e Contratação Pública, e subsidiariamente, no que couber, **Resolução CISBAF nº 003/2024**, **Lei Complementar nº 123/06** - Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, **Lei nº 10.192/01** - Medidas Complementares ao Plano Real, da **Lei nº 12.846/13** - Responsabilização Administrativa e Civil na Administração Pública, da **Lei nº 8.429/1992** - Sanções por Atos de Improbidade Administrativa, observadas as alterações posteriores introduzidas nos referidos diplomas legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA

(PUBLICAÇÃO)

O CISBAF obriga-se a providenciar a divulgação do extrato do contrato e seus aditamentos, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data de sua assinatura, bem como no respectivo sítio oficial na Internet.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA

(FORO)

Fica eleito o foro da cidade de Nova Iguaçu, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, na forma eletrônica, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Nova Iguaçu, na data da assinatura digital.

Contratante: _____

Contratada: _____

ANEXO III – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. RELATIVA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;
 - b) As participantes, em se tratando de Sociedades Cíveis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;
 - c) As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.
 - d) No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;
 - e) Para as sociedades empresárias ou empresas individuais de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
 - f) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
 - g) CPF e RG do administrador.
-
- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) emitido pela Secretaria da Receita Federal;
 - b) Prova de regularidade com a Fazenda Nacional, relativos aos Tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, tanto no âmbito Federal quanto no âmbito da Procuradoria da Fazenda Nacional.
 - c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (relativa ao ICMS),
 - d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da interessada,
 - e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS:

Certidão de Regularidade de Situação - CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

ATENÇÃO:

1. Caso as certidões expedidas pela Fazenda Federal, Estadual e Municipal, sejam POSITIVAS, o CISBAF, reserva-se ao direito de só aceitá-las se elas contiverem expressamente COM EFEITOS DE NEGATIVA, nos termos do art. 206 do CTN.

2. No caso em que a empresa participante seja considerada isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

2. RELATIVOS A CAPACIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante, pessoa jurídica de direito privado, sob qualquer forma de constituição empresarial;

B. Caso a licitante encontre-se em processo de recuperação judicial ou extrajudicial, deverá comprovar que o respectivo plano de recuperação foi acolhido ou homologado pelo juízo competente, bem como demonstrar sua viabilidade econômico-financeira, sob pena de inabilitação.

C. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;

Os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma: No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis,

publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;

No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial.

O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, atestando a boa situação financeira:

LG= Liquidez Geral – superior a 1 SG= Solvência Geral – superior a 1 LC= Liquidez Corrente – igual ou maior a 1

Sendo,

Onde:

$LG = (AC + RLP) / (PC + PNC)$ $SG = AT / (PC + PNC)$

$LC = AC / PC$

AC= Ativo Circulante

RLP= Realizável a Longo Prazo PC= Passivo Circulante

PNC= Passivo não Circulante AT= Ativo Total

A empresa que apresentar resultado menor do que 01 (um) em quaisquer dos índices acima referidos deverá comprovar patrimônio líquido de 10% do valor cumulativo de todos os contratos/ ata de registro de preços a serem celebrados pelo licitante, como dado objetivo de qualificação econômico-financeira.

O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

4. RELATIVOS A CAPACIDADE TÉCNICA

Pelo menos um atestado de Capacidade Técnica da Licitante, emitido por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação.

O licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados. No atestado ou declaração de capacidade técnica deverá constar, sob pena de inabilitação, além das exigências citadas, as seguintes

informações: nome do contratado e do contratante, nome ou razão social e CNPJ do contratado, com identificação do signatário responsável pela emissão.

A critério do pregoeiro, ouvida a área técnica, o atestado pode ser objeto de diligências a fim de esclarecer quaisquer dúvidas quanto ao seu conteúdo, inclusive com solicitação dos respectivos contratos que lhe deram origem, visitas ao local, fotos, etc.

Deverá, ainda, ser observada toda e qualquer exigência de qualificação técnica descrita no

Termo de Referência, em especial o ITEM 14 do referido documento.

Poderá ser exigida prova de conceito, na forma do ITEM 15 do Termo de Referência.

5. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

O licitante deverá declarar:

5.1. que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

5.2. declaração que não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854/99, preferencialmente, conforme Modelo sugerido pelo Edital;

5.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4. Declaração de que a proposta foi elaborada de forma independente, preferencialmente, conforme Modelo sugerido pelo Edital;

5.4. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

PARAGRAFO PRIMEIRO: A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei

A documentação deverá:

A) estar em nome da licitante;

B) serem produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis;

C) estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor competente. Nos casos omissos, a pregoeira considerará como prazo de validade o de 60 (sessenta) dias anteriores à

data de recebimento dos envelopes;

D) referir-se a apenas uma das filiais ou apenas à matriz.

I Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 da Lei nº 14.133/2021 (licitações internacionais);

II O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo, sendo que a decisão sobre tal desatendimento poderá ser precedida de parecer jurídico;

III A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração Pública, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal;

IV O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal;

V Os atos serão preferencialmente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico;

VI É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

O pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para verificar as condições de habilitação dos licitantes.

As declarações exigidas neste edital não poderão ser supridas mediante manifestação expressa do licitante no chat do sistema.

Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

Havendo necessidade, a sessão será suspensa, para análise minuciosa dos documentos



exigidos sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para: (Lei 14.133/21, art. 64).

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II- atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

TIMBRADO DA EMPRESA

Edital – PREGÃO ELETRÔNICO nº 90002/2026

Dados Da empresa:

Razão Social _____
CNPJ (MF) nº _____ Inscrição Estadual nº _____
Endereço _____
Fone _____ E-MAIL _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

Declaro, para fins do disposto na Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, **que não emprega menor de dezoito anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com “X”, conforme o caso):

- ☐ não emprega menor de dezesseis anos;
- ☐ não emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

ASSINATURA E CPF DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

TIMBRADO DA EMPRESA

Edital – PREGÃO ELETRÔNICO nº 90002/2026

Dados da empresa:

Razão Social _____
CNPJ (MF) nº _____ Inscrição Estadual nº _____
Endereço _____
Telefone _____ E-mail _____
CEP _____ Cidade _____ Estado _____

DECLARAÇÃO CONJUNTA

Declaro, para os devidos fins de direito que o proprietário, o diretor e/ou provedor da Contratada não pertence ao quadro de servidores públicos, não ocupa cargo de chefia ou função de confiança no CISBAF.

Declaro, para os devidos fins de direito o cumprimento de todos os requisitos de habilitação e aceito prestar os serviços, nas condições e valores definidos no edital; e que atendo a qualidade necessária à execução do objeto, em conformidade com a sua especificidade, considerando seu processo de finalização e/ou adaptação técnica;

Declaro que cumpro todos os requisitos de habilitação e que minha proposta está em conformidade com as exigências deste Edital, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021);

Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

Declaro que minhas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;

Declaro, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como que comunicarei qualquer fato ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação que

TIMBRADO DA EMPRESA

venha alterar a atual situação quanto à capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira;

Em cumprimento ao Instrumento Convocatório, declaramos:

Declaro, sob as penas da Lei, que a proposta foi elaborada de forma independente e que não há a superveniência de fatos impeditivos nos documentos de habilitação apresentados pela licitante, bem como declaro o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.

ASSINATURA E CPF DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

TIMBRADO DA EMPRESA

AO CISBAF

REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026

APLICAÇÃO DOS ARTS. 42 AO 49 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr (a) _____, portador(a) Carteira de Identidade _____ e do CPF nº _____ Declara, sob às penas da Lei, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021, que para obter os benefícios dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, o licitante no ano-calendário de realização da licitação não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, ou seja, que ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem 4,8 milhões/ano (Lei Complementar nº 123/2006, art. 3º, II), sendo que nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato, conforme dispõe o art. 4º, § 3º da Lei nº 14.133/2021. Por ser expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade por esta declaração, sob pena do art. 299 do Código Penal.

(LOCAL), (DATA). _____

(LICITANTE – CNPJ/CPF)



TERMO DE REFERÊNCIA

**Contratação de empresa – Sistema de Gestão em
Saúde para CRUR/BF**

Data de Elaboração: 10/06/2026

1. OBJETO

Contratação de empresa especializada para o fornecimento, implantação, manutenção e suporte técnico de solução integrada de Call Center, serviços de infraestrutura de TI, software de controle e gestão em saúde e rastreamento, destinados ao atendimento operacional da Central de Regulação Regional da Baixada Fluminense, abrangendo os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica. Conforme especificações técnicas descritas neste Termo de Referência e nos Estudos Técnicos Preliminares, realizados com a finalidade de atender a demanda identificada no âmbito da Coordenadoria de TI, do **Cisbaf**.

1.1. Os quantitativos pretendidos para a contratação são os expressos no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
01	LICENCIAMENTO DE SOLUÇÃO INTEGRADA DE CALL CENTER E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DE TI, SOFTWARE DE CONTROLE E GESTÃO EM SAÚDE E RASTREAMENTO PARA A CRUR/BF	Unidade	1
02	SERVIDOR DE RACK DE 1U PARA OCUPAÇÃO DE ESPAÇO MÍNIMO	Unidade	2
03	NOBREAK COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2KVA	Unidade	1
04	MONITORES/TV DE NO MÍNIMO 46 POLEGADAS	Unidade	3
05	TABLET	Unidade	70

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme art. 157 da Resolução CISBAF nº 003/2024.

1.3. O fornecimento de bens é enquadrado como continuado tendo em vista que o uso do Sistema de Gestão em Saúde para CRURBF do CISBAF se dará na forma de aluguel.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense (CISBAF), por meio da Central de Regulação Médica das Urgências do SAMU Regional, desempenha papel estratégico na coordenação dos atendimentos pré-hospitalares móveis, transferências inter-hospitalares, transporte sanitário e demais ações relacionadas à assistência de urgência e emergência nos municípios consorciados.

2.2. Considerando a natureza crítica dos serviços prestados, torna-se indispensável a utilização de uma solução tecnológica especializada, integrada e de alta disponibilidade, capaz de garantir o gerenciamento eficiente de todas as etapas do atendimento, desde o recebimento da solicitação até o encerramento da ocorrência, assegurando agilidade, segurança, rastreabilidade e confiabilidade das informações processadas.



2.3. A contratação justifica-se pela necessidade de disponibilizar uma plataforma tecnológica que permita a integração dos processos de atendimento, regulação médica, despacho de recursos, monitoramento de viaturas, registro de cena, controle de equipes, gestão operacional e geração de indicadores gerenciais, eliminando controles paralelos, reduzindo falhas operacionais e promovendo maior eficiência na utilização dos recursos públicos.

2.4. A solução pretendida permitirá ainda a modernização dos processos operacionais, a ampliação da capacidade de monitoramento e gestão dos serviços, a melhoria dos indicadores assistenciais e operacionais, a redução dos tempos de resposta e o fortalecimento da integração entre a Central de Regulação, as equipes de atendimento, as unidades de saúde e os municípios consorciados.

2.5. Dessa forma, a presente contratação é essencial para assegurar a continuidade, eficiência, qualidade e segurança das operações do SAMU Regional da Baixada Fluminense, contribuindo para a prestação de um serviço público de saúde mais ágil, eficiente e alinhado aos princípios da universalidade, integralidade e equidade que regem o Sistema Único de Saúde – SUS.

3. NATUREZA DO OBJETO

3.1. Os bens contemplados neste Termo de Referência possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução a ser contratada consiste na disponibilização de uma plataforma tecnológica integrada para gestão, regulação, atendimento e monitoramento das operações do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) Regional da Baixada Fluminense, contemplando infraestrutura de tecnologia da informação, sistema de telefonia, software especializado de regulação médica, controle operacional de frota, dispositivos móveis embarcados, rastreamento veicular, painéis de monitoramento e ferramentas gerenciais.

4.2. A solução deverá prover ambiente unificado para o gerenciamento completo do ciclo de atendimento das ocorrências, desde o recebimento da chamada pelo Técnico Auxiliar de Regulação Médica (TARM), passando pela regulação médica, despacho de recursos, acompanhamento das viaturas, registro de cena, encaminhamento para unidades de saúde, até a emissão de relatórios, indicadores e estatísticas gerenciais.

4.3. O sistema deverá operar de forma integrada aos serviços de telefonia IP e call center, permitindo identificação automática de chamadas, gravação de atendimentos, abertura automática de fichas, monitoramento em tempo real e gestão omnichannel. Deverá ainda contemplar funcionalidades específicas para atendimento pré-hospitalar móvel, transporte sanitário, transferências inter-hospitalares, gestão de escalas, controle de equipamentos, rastreamento de viaturas, georreferenciamento de ocorrências e acompanhamento dos indicadores operacionais definidos pelo Ministério da Saúde.



4.4. A contratação também deverá abranger a disponibilização da infraestrutura necessária para garantir a continuidade, segurança e disponibilidade dos serviços, incluindo servidores, equipamentos de contingência, nobreaks, conectividade, armazenamento de dados, mecanismos de backup, trilhas de auditoria, controle de acesso e suporte técnico especializado.

4.5. A solução deverá ser acessível em ambiente web e dispositivos móveis, permitindo operação ininterrupta 24 horas por dia, 7 dias por semana, atendendo às diretrizes estabelecidas pelas Portarias do Ministério da Saúde aplicáveis ao SAMU 192, contribuindo para a qualificação dos processos assistenciais, melhoria dos tempos de resposta, fortalecimento da regulação regional e aumento da eficiência operacional dos serviços de urgência e emergência da Baixada Fluminense.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. MANUTENÇÃO E SUPORTE TÉCNICO

5.2. A contratada deverá prestar **serviços contínuos de suporte técnico, manutenção corretiva e adaptativa** da solução contratada, durante toda a vigência do contrato, garantindo o pleno funcionamento do sistema e sua aderência às necessidades da Administração Pública Consorciada.

5.3. Disponibilidade de suporte técnico 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados, para resolução de problemas críticos relacionados à operação do sistema.

5.4. Manutenção corretiva: para correção de falhas ou defeitos que comprometam o funcionamento do sistema;

5.5. Manutenção adaptativa: para adequações decorrentes de mudanças legais, normativas ou operacionais da contratante;

5.6. Manutenção evolutiva: para melhorias e incrementos de funcionalidades, conforme pactuado em contrato.

5.7. A contratada é integralmente responsável por:

5.7.1. Corrigir quaisquer falhas que comprometam a operação do sistema;

5.7.2. Garantir a integridade, segurança e disponibilidade dos dados;

5.7.3. Disponibilizar equipe técnica qualificada, com domínio das tecnologias utilizadas;

5.7.4. Cumprir integralmente os níveis de serviço (SLA) estipulados neste Termo;



5.7.5. Arcar com os custos decorrentes de falhas ou indisponibilidades atribuíveis à contratada.

5.8. A contratada deverá manter canal de atendimento para suporte técnico, com as seguintes características mínimas:

Tipo de Incidente	Tempo Máximo de Resposta	Tempo Máximo de Solução
Crítico (sistema fora do ar, falhas graves)	1 hora	4 horas
Moderado (erros que impactam parcialmente)	4 horas	1 dia útil
Baixo (dúvidas, erros não impeditivos)	1 dia útil	5 dias úteis

O não atendimento aos prazos estabelecidos ou a reincidência de falhas não solucionadas dentro dos padrões aceitáveis poderá sujeitar a contratada às penalidades previstas nos **artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021**, sem prejuízo das sanções contratuais específicas.

5.9. Relatórios de Suporte e Manutenção

5.9.1. A contratada deverá emitir relatórios mensais consolidados, contendo no mínimo:

5.9.2. Lista de chamados abertos, classificados por severidade e tempo de atendimento;

5.9.3. Status da solução (indicadores de disponibilidade e desempenho);

5.9.4. Incidentes críticos registrados e resolvidos;

5.9.5. Atualizações e correções aplicadas;

5.9.6. Ações preventivas ou ajustes realizados no período.

5.10. ELABORAÇÃO DO PLANO DE IMPLANTAÇÃO

5.10.1. A CONTRATADA deverá apresentar um Plano de Implantação em no máximo 5 (cinco) dias corridos a partir da assinatura do Contrato.

5.10.2. A execução do Plano de Implantação somente poderá ser iniciada após a sua aprovação pela CONTRATANTE.

5.10.3. O detalhamento do Plano de Implantação deverá conter no mínimo:



5.10.4. Cronograma com macro atividades a serem desenvolvidas para a implantação de todos os serviços previstos neste Termo de Referência. O cronograma deverá conter as seguintes informações:

5.10.5. Identificação dos responsáveis das atividades.

5.10.6. Duração das atividades.

5.10.7. Sequenciamento das atividades.

5.11. DA INSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.11.1. A CONTRATADA terá até 10 (DEZ) dias consecutivos após a assinatura do contrato para instalar os serviços especificados no Edital e Termo de Referência.

5.11.2. A instalação somente será considerada concluída após a aprovação, pelo Gestor do Contrato, que ocorrerá em até 10 (DEZ) dias corridos após notificação da CONTRATADA.

5.12. DO GERENCIAMENTO DA IMPLANTAÇÃO

5.12.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar e alocar 1 (um) profissional que será responsável pelo gerenciamento das atividades do projeto de implantação.

5.12.2. Obter informações e esclarecimentos necessários para que possa elaborar o Plano de Implantação do Serviço. Serão abordados e discutidos os seguintes pontos:

5.12.3. Instalação dos circuitos.

5.12.4. Datas e horários de restrição para implantação.

5.12.5. Requisitos de infraestrutura necessários para a instalação dos equipamentos.

5.12.6. Requisitos para a elaboração e entrega do Plano de Implantação do Serviço.

5.12.7. Serviços que deverão ser configurados na implantação.

5.12.8. Demais assuntos de interesse correlatos à implantação dos serviços.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO



6.1. Requisitos Técnicos da Solução

6.2. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviço de locação de 02 (dois) servidores físicos locais para armazenamento de dados da solução e contingência para continuidade do serviço. Os equipamentos deverão se adequar a estrutura atual existente possuindo as seguintes características mínimas:

Servidor rack de 1U para ocupação de espaço mínimo, com 2 sockets para processadores Intel ou AMD e 04 discos de armazenamento padrão 2.5"
Sistema com no mínimo um processador instalado.
Processador com configuração mínima de 6 núcleos de 2.00 GHz e 15 MB de cache
Mínimo de 32GB de memória com possibilidade de expansão para 256gb
Mínimo de 02 discos de armazenamento com espaço mínimo de 1TB padrão 2.5" SAS ou SSD
A configuração dos discos deve ser em RAID1 para espelhamento de dados
Placa controladora de discos com suporte RAID 0, 1, 5, 6, 10, 50 e 60 e cache não-volátil mínimo de 512MB
Leitor de DVD Interno
Bezel Frontal
Cabos de força (padrão brasileiro) para 250V, 10A com comprimento de 2 metros
Configuração de RAM otimizada para performance
Duas fontes redundantes (1+1) de no mínimo 495 Watts com certificado 80 Plus Platinum (Mínimo de 94% de eficiência a 50% de carga em 220 Volts)
Servidor com Trilhos deslizantes para rack sem braço de gerenciamento de cabos
Sistema de Ventilação Eficiente
Placa de vídeo com no mínimo 16MB de memória
Software de gerenciamento de console
Sistema operacional mínimo Windows Server;
Placa de gerenciamento remoto
Placa de rede onboard de 1 GbE, QuadPort RJ45

Serviço de locação de equipamentos para suporte a falta de energia (nobreak) a ser instalado na central de regulação em Nova Iguaçu/RJ contendo as seguintes características mínimas:

Potência Mínima 2KVA
Modelo Bivolt: entrada e saída 110/220V~
Filtro de linha embutido
Estabilizador interno com 4 estágios de regulação.
Forma de onda senoidal por aproximação (retangular PWM).
BatterySaver: desliga automaticamente as saídas caso não possua equipamentos ligados ao nobreak (em modo bateria).



Autodiagnóstico de bateria: informa quando a bateria precisa ser substituída.
Recarga automática das baterias em 4 estágios, mesmo com o nobreak desligado.
Conector do tipo engate rápido para conexão do módulo externo de bateria ao nobreak.
Suporte a análise de distúrbios da rede elétrica e possibilita a atuação precisa do equipamento.
Inversor sincronizado com a rede (sistema PLL).
Microprocessador RISC/FLASH de alta velocidade
Suporte modo Autoteste
Suporte modo Interativo com regulação online.
Leds coloridos no painel frontal: indicam as condições de funcionamento do nobreak - modo rede, modo inversor/bateria, final de autonomia, subtensão, sobretensão.
Alarme audiovisual: sinalização de eventos como queda de rede, subtensão e sobretensão, fim do tempo de autonomia e final de vida útil da bateria, entre outras informações;
Botão liga/ desliga temporizado com função Mute: evita o acionamento ou desacionamento acidental, além de desabilitar o alarme sonoro após a sinalização de algum evento;

Serviço de locação de 03 (três) SmartTV que serão utilizados como painéis de monitoramento de bases, chamados, viaturas na Central de Regulação Médica de Nova Iguaçu e fila do call center, contendo as seguintes características técnicas mínimas:

Tipo de Imagem: LED FULL HD
Wifi integrado
Processador Mínimo: Dual Core de 120Hz
Display Mínimo: 46"
Resolução Mínima: 1920 x 1080
Potência Mínima de Saída de Audio (RMS) 10Wx2
Recurso Dolby Digital Plus / Dolby Pulse Dolby Digital Plus / Dolby Pulse
Tipo de Auto Falantes: Full Range
Sintonizador Digital Integrado
Sintonizador analógico
Acesso à Web Browser

Serviço de Locação de Equipamentos Embarcados para Ambulâncias contendo 70 tablets (8.7" ou superior – Wi-fi e 4G com GPS integrado) com carregador e capa antichoque sendo. Os tablets deverão ser bloqueados e configurados para uso exclusivo do serviço do SAMU 192.

Os chips/plano de dados 4G necessários para o uso da solução embarcada serão fornecidos pela contratante.



A empresa contratada deverá disponibilizar 1 link de internet banda larga corporativa com IP Público Fixo de velocidades mínimas: 300mbps de download e 20mbps;

Cessão de Licença de Software de Controle e Gestão em Saúde, desenvolvido em múltiplas plataformas, de acordo com a necessidade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência, com fundamento na Portaria MS/GM nº2048/2002 e demais legislações do Ministério da Saúde, em Especial a Portaria MS/nº2026/2011, 1010/2012 e a Portaria SAS/MS/nº 356/2013 para atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência da Baixada Fluminense contendo as seguintes características técnicas:

6.3. FUNCIONALIDADES DO SISTEMA TELEFONIA

Serviço de locação de 01 (uma) Central Telefônica física de alta disponibilidade, IP integrada ao Sistema de Regulação Médica contendo com capacidade de entrada para 02 troncos SIP, 40 licenças para aparelho IP e módulo de sistema avançado de call center e gestão de atendimento conforme funcionalidades abaixo:

A solução para atendimento ao Programa Marque Fácil e aos Núcleos de gestão e regulação (NGR) e Núcleos de Gestão de Cuidados (NGC), deve permitir customizações (alterações funcionais) ao longo do processo sem necessidade de desenvolvimento. As seguintes informações devem ser configuráveis no serviço:

- As gravações telefônicas devem ser gravadas em formato .WAV ou MP3.
- A contratante deverá fornecer os equipamentos de ramais de sua preferência (telefone ip, softphone e headsets)
- A solução deverá possuir rotinas de backup e armazenamento das gravações e banco de dados.
- Permitir atendimento automático com mensagens diurnas e noturnas;
- Permitir envio por e-mail das mensagens de caixa postal e chamadas não atendidas;
- Permitir suporte a trabalho remoto e home office;
- Permitir conter sala de conferência dinâmica e fixa;
- Possuir capacidade mínima de 1 a 1000 extensões;
- Permitir chamadas em espera, consulta e transferência de chamadas;
- Permitir identificação de chamadas;
- Permitir encaminhamento de chamadas e siga-me;
- Permitir ura através de digitação;
- Permitir ura através de voz;
- Permitir agenda central e individual;
- Permitir suporte a ramais virtuais, VoIP e softphones;
- Permitir painel de controle e gestão;
- Permitir atendedores automáticos;
- Permitir serviço noturno automático;
- Permitir call center;
- Permitir monitoramento em tempo real;



- Permitir suporte a entroncamentos SIP;
- Permitir transferência entre grupos e ramais;
- Permitir bloqueio por grupo ou tipo de chamada;
- Permitir integração através de text-to-speech;
- Permitir integração através de speech-to-text;
- Permitir conversão de mídia (voz para whatsapp e voz para SMS);
- Permitir utilização de Omnichannel;
- Permitir tela única para atendimentos voz, whatsapp, SMS para os atendentes;
- Permitir acesso ao gestor para acompanhamento da operação em tempo real (voz, whatsapp, SMS, etc.);
- Permitir que o gestor realize monitoramento em real das chamadas;
- Permitir bloqueio de chamadas ativas;
- Permitir bloqueio de chamadas receptivas;
- Permitir bloqueio de mensagens ativas;
- Permitir bloqueio de mensagens receptivas;
- Permitir bloqueio automático contra tentativa de invasão;
- Permitir gravação das chamadas fim-a-fim;
- Permitir relatórios contendo a origem da desconexão;
- Permitir relatório por horário;
- Permitir pesquisa de satisfação;
- Permitir que mais de uma localidade utilize o mesmo plano de numeração
- Pesquisa de satisfação precisa estar adequada conforme as normas globais (NPS / CSAT / CES)
- Permitir que a Pesquisa de Satisfação seja personalizada por tipo de atendimento
- Permitir que a Pesquisa de Satisfação tenha multiníveis de perguntas
- Possibilidade de integração SOAP / Rest para integração com CRM/ERP
- Atendimento de Contact Center por Skill
- Possibilidade de direcionar chamadas da diretoria para secretária incluindo lista de exceções
- URA com Inteligência Artificial conversacional (linguagem natural)
- Síntese de voz automática (Text-to-Speech) para URAs
- URA dinâmica com editor visual (arrastar e soltar)
- Discador automático de voz com detecção de caixa postal (AMD)
- Discador de WhatsApp: campanhas em massa personalizadas
- Discador de SMS para campanhas de cobrança e agendamento
- Campanhas omnichannel (voz + SMS + WhatsApp no mesmo painel)
- Chatbot para WhatsApp e chat com fluxos configuráveis
- Atendimento omnichannel unificado (voz + WhatsApp + SMS + chat na mesma tela)
- Console do atendente com screen pop automático do cadastro do cliente
- Formulários de qualificação pós-atendimento
- Scripts de atendimento exibidos durante a chamada
- Retorno automático de chamadas abandonadas

- Administração multi-empresa (multi-tenant) com isolamento total
- Controle de acesso por perfil com trilha de auditoria completa
- Relatório de chatbot (volume, desvios, resolução sem humano)
- Relatório de URA (opções mais escolhidas e pontos de abandono)
- Frases pré-definidas para chat e WhatsApp
- Templates de WhatsApp homologados para campanhas
- Autenticação corporativa LDAP/Active Directory
- Deve ter Discagem direta a ramal;
- Deve possuir gerencia via web;
- Deve possuir Conferência acima de 3 números;
- Deve possuir chamada de Emergência;
- Deve ter suporte a Música de espera;
- Deve possuir Estacionamento de chamadas;
- Deve possuir suporte a função chamada de Grupo múltiplo;
- Deve possuir suporte a Desvio de chamadas;
- Deve possuir suporte a função "Não perturbe";
- Deve possuir a função "Senha para os ramais";
- Deve ter a função de Bloqueio de ligações locais, DDD, DDI, celular e a cobrar;
- Deve possuir a função de Bilhetagem;
- Deve possuir a possibilidade de gravação da chamada;
- Deve possuir Interface Ethernet;
- Deve possuir Ligações telefônicas IP (VoIP);
- Deve possuir a possibilidade de Tarifação;
- Deve vir com suporte integral a VOIP

6.4. Software Licenciado

- O sistema deverá ser compatível com plataforma Windows nas versões atuais: 7, 8, 10 e Server tanto X86 como X64.
- O sistema deve ser acessível através das plataformas Windows, Mac, Linux, Android e iOS.
- O software deverá ser um aplicativo web via extranet e via intranet, com informações armazenadas em Data-Center Especializado.
- O acesso ao sistema deverá ser realizado por meio de senhas individuais criadas pelos níveis de hierarquia (TARM, Médico, Rádio Operador, Equipe de Atendimento/Ambulância, Escala de equipe, Hospital, Apoio, Administrador, Consultas de relatórios, Monitor e Controle de frota), onde o nível Hospital terá acesso somente aos chamados que tiverem a referida instituição como origem ou destino e o nível Apoio terá acesso somente aos chamados que tiverem a solicitação de apoio do referido órgão.
- A autenticação deverá ser feita confrontando as credenciais do usuário em banco de dados próprio do sistema.

- A senha do usuário deverá possuir no mínimo 8 caracteres e deverá ser armazenada em banco de dados de forma criptografada, através de função de hash criptográfico (ex.: MD5, SHA-256 ou superior).
- Em caso de 3 tentativas falhas de autenticação o sistema deverá identificar como tentativa de invasão, registrar data e hora, o endereço IP e o nome de usuário de todas as tentativas de acesso falhas, e apresentar sistema redundante de autenticação por confirmação do CPF do usuário para prosseguir com a autenticação.
- O sistema deverá registrar data e hora, o endereço IP e o nome de usuário de todos os acessos.
- O sistema deverá manter trilha de auditoria nas principais tabelas de cadastros operacionais e parametrizáveis (níveis de acesso, prioridades, viaturas, parâmetros de sistema, justificativas, entre outras), registrando data, hora e usuário responsável pela inclusão e pela última alteração.
- Deverá possuir mecanismo de segurança para bloqueia a senha do usuário após 3 tentativas malsucedidas de login utilizando o sistema redundante com confirmação do CPF.
- Deverá possuir no mínimo 1 usuário de nível Administrador, com acesso a todas as funcionalidades do sistema.
- O usuário com nível Administrador deverá ser capaz de cadastrar e definir o nível de acesso aos recursos do sistema para quantos usuários forem necessários.
- Deverá permitir ao usuário com nível Administrador a suspensão e o cancelamento do acesso de qualquer usuário rapidamente.
- Deverá realizar logout automático de usuário depois de 20 minutos de inatividade no uso da aplicação.
- Deverá permitir configuração para desativar a senha do usuário após um tempo sem uso do sistema.
- Deverá oferecer funcionalidade de bloqueio de acesso externo por usuário (restrição da utilização do sistema somente quando o usuário estiver conectado à rede interna da instituição), configurável pelo administrador. A ativação inicial deste mecanismo de controle por IP no ambiente do CONTRATANTE será realizada pela CONTRATADA, mediante demanda formal.
- O CONTRATANTE reconhece que o efetivo funcionamento desta funcionalidade depende de condições de infraestrutura de rede de sua responsabilidade, a saber: (a) faixas de endereçamento IP fixas e conhecidas da rede interna; (b) roteamento que preserve o IP real do cliente até o servidor de aplicação (com X-Forwarded-For configurado em arquiteturas com reverse proxy/CDN); (c) IP público de saída (NAT) conhecido quando aplicável; e (d) VPN com pool de IPs incluído nas faixas internas para usuários remotos legítimos. A indisponibilidade ou inadequação destas condições de infraestrutura não caracteriza falha do sistema fornecido pela CONTRATADA.
- Deverá possuir proteção contra-ataques XSS, através de mecanismo que garanta a origem da requisição de cliente, caso o sistema ou parte dele faça uso do protocolo HTTP.
- Deverá possuir proteção contra-ataques de injeção de código SQL em todas as funcionalidades do sistema.
- O sistema deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias por ano, a exceção dos dias que

serão publicadas novas versões do sistema e/ou banco de dados, as quais deverão ser previamente comunicadas aos usuários.

- O atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica onde registrará no software todas as informações básicas que sejam pertinentes à solicitação.
- Após concluir o atendimento, se houver necessidade de Regulação Médica, o chamado será automaticamente encaminhado ao Médico Regulador, que irá registrar a regulação médica e definirá o tipo de ação (com ou sem intervenção) permitindo tomadas de ação de acordo com a necessidade de atendimento.
- Quando houver necessidade de envio de uma Unidade Móvel de Atendimento, esta solicitação será encaminhada automaticamente aos Rádios Operadores priorizando os chamados de acordo com a regulação médica aplicada e com todas as informações registradas até o momento, após isso estes iniciarão o processo de envio da unidade que efetuará o atendimento.
- Ao ser registrado pelo sistema a chegada da viatura ao local, o software deverá encaminhar automaticamente o chamado a equipe de atendimento ficando assim disponível para o Médico Regulador e para Equipe de Atendimento/Ambulância para que se possa registrar os dados da cena.
- Todos os tempos de registro de ações deverão ser controlados para medição do tempo resposta de atendimento. Esse registro deverá ser realizado automaticamente pelo Sistema e não poderá sofrer alterações manuais.
- A solução deverá possuir teste de consistência dos dados de entrada dos campos do sistema, como por exemplo, CPF, datas, campo numérico, ou somente alfabético.
- O Sistema deverá permitir a duplicação de um chamado já digitado. Esse recurso deve estar disponível nos módulos de Interface Inicial e de Consulta e deve facilitar o atendimento no caso de reincidência, nova solicitação e atendimento de múltiplas vítimas.
- O Sistema não deverá permitir a duplicação de chamados abertos como Trote, Engano ou Informação.
- O Sistema não deverá permitir acesso simultâneo a chamados em atendimento nos módulos de Regulação Médica, de Rádio Operação e de Registro de Cena, informando qual usuário está operando aquele chamado.
- O sistema deverá ainda possuir:
 - Completa segurança com backup diário e "Snapshot" do Servidor de no máximo 12 horas em 12 horas;
 - Interface simples e intuitiva;
 - O software deverá ser acessível e operacionalizável em qualquer Dispositivo Móvel (Smartphones, Tablets e Notebooks) conectado à internet.

MÓDULO DE INTERFACE INICIAL:

No módulo de Interface Inicial e deverá conter as seguintes funcionalidades:

- Para cada nível de acesso, a tela principal deve se autoajustar com as informações pertinentes ao nível.



- Controle informativo e gráfico de Remoção dos Pacientes das últimas 12 horas, podendo recolher ou expandir. Exibido para os níveis:
 - Médico
 - Hospital
 - Administrador
 - Consultas de relatórios
- Controle informativo e gráfico de Retenção de Equipamentos em Unidades de Saúde, podendo recolher ou expandir. Exibido para os níveis:
 - Rádio Operador
 - Equipe de Atendimento/Ambulância
 - Hospital
 - Administrador
 - Consultas de relatórios
 - Controle de frota
- Recados informado pelo gestor, onde será exibido para todos os usuários durante um período definido.
- Controle informativo de status de todas viaturas, com cores personalizadas através do módulo de Gerenciamento e Parametrização, dando acesso ao módulo de Controle de Viatura ao clicar sobre a viatura e também permitindo ao mesmo visualizar os veículos disponível para empenhar no chamado, os veículos devem estar agrupados por bases, as bases devem estar em ordem de cadastro ou ordem alfabética e os veículos devem estar ordenados por status, por tipo de veículo e por horário do último atendimento, ao passar ou mouse sobre o veículo deve exibir a escala da equipe do momento. Exibido para os níveis:
 - Médico
 - Rádio Operador
 - Equipe de Atendimento/Ambulância
 - Administrador
 - Consultas de relatórios
 - Controle de frota
- Após a abertura do chamado, o sistema deve disponibilizar de forma centralizada os chamados abertos para regulação médica, classificando-os de acordo com a prioridade e tempo de abertura.
- O software deverá fornecer ao Gestor do SAMU uma tela centralizadora das ocorrências contendo:
 - Chamados aguardando regulação
 - Chamados aguardando vaga



- Chamados aguardando empenho de viatura
 - Chamados com viatura enviada
 - Chamados com a ficha de cena na viatura
 - Chamados com viatura no destino
 - Chamados aguardando liberação da viatura
 - Chamados aguardando conduta
- Deverá exibir de forma separada os chamados do tipo Eletivo/Transporte Sanitário e exibir um alerta visual de acordo com os parâmetros.
 - As grids exibidas na tela principal (Urgência/Emergência, Transferências/Internações e Eletivo/Transporte Sanitário) deverão permitir ordenação ascendente/descendente das informações por meio de cliques nos cabeçalhos das colunas, bem como filtragem dinâmica por critérios como Status, Cidade, Prioridade, Idade do paciente, Data de abertura e demais campos relevantes da listagem, com o objetivo de otimizar a localização e a priorização dos atendimentos.
 - A partir da tela de Controle de Frota, o sistema deverá disponibilizar acesso à consulta do Histórico de Status das Viaturas, com filtros (faixa de datas, viatura, status) e exportação dos resultados em formato planilha eletrônica.
 - A partir da tela principal, o sistema deverá disponibilizar canal de mensageria interna entre os perfis operacionais (TARM, Médico Regulador e Rádio Operador/Frota), permitindo troca de mensagens em tempo real, vínculo opcional ao chamado em atendimento e registro histórico das conversas com data, hora e identificação do remetente/destinatário.

MÓDULO DE GERENCIAMENTO E PARAMETRIZAÇÃO

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários: Administrador;

No módulo de Gerenciamento e Parametrização deverá ter acesso a parametrização das informações cotidianas tais como:

- Cadastro de Usuários
- Cadastro de veículos (seguindo os tipos definido pelo Ministério da Saúde na portaria nº 356/SAS/MS, de 28 de abril de 2013: ambulâncias de transporte, USB, USA, embarcação, aeromédico, VIR e motolância)



- Tipo de veículos
- Definição, no cadastro de cada Tipo de Veículo, dos atendimentos em que ele será exibido para empenho: atendimentos de APH/Regulação Médica e/ou atendimentos de Transporte (Transferências, Eletivo, Paciente Crítico), permitindo restringir o uso de determinados tipos de veículo conforme o tipo de chamado
- Status dos veículos (permitir parametrização das cores)
- Controle de Localidade (associação de Viaturas as Bases)
- Controle de Deslocamento dos veículos
- Gestão de APHs e Subgrupos
- Gestão de Medicamentos e Procedimentos
- Controle de Equipamentos
- Controle de Funcionários (Cargos)
- Controle de Pacientes
- Controle de Destinos de Remoção (Hospitais e Outras Entidades de Saúde)
- Tipos de Apoios
- Locais do chamado
- Distância do paciente
- Tipo de ações sem intervenção
- Motivo de vaga negada
- Prioridades
- SLA (Service Level Agreement) por prioridade, com tempo-limite configurável para cálculo automático de atraso de atendimento
- Tipo de chamado
- Quem solicitou
- Tipos de informação
- Logradouros e bairros
- Zonas



- Regiões
- Endereços telefones
- Níveis de Acesso
- Recados da Gestão
- Antecedentes
- Coloração da pele
- Encerramento da cena
- Nível de consciência
- Ferimentos
- Locais dos ferimentos
- Respiração
- Sangramento
- Sinais Vitais
- Sudorese
- Tipos de Óbitos
- Tipos de Procedimentos
- Pupila
- Situação da Pupila
- Parâmetros do sistema
- Relatórios
- Status das viaturas
- Deslocamento VTR
- Justificativa Atraso VTR
- Grade de Referência
- Queixa primária
- Convênio médico particular



- Motivo da transferência
- Motivo da entrada
- Agravo de saúde
- Linha de cuidado
- Grade de referência do Agravo de saúde
- Dispositivos
- Postos de Trabalho

O Módulo de Gerenciamento e Parametrização deverá permitir ao Administrador a configuração do comportamento do sistema em geral contendo os seguintes parâmetros a serem definidos:

- Definição se será obrigatório ou não o preenchimento do telefone no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica.
- Definição se exibirá o código de deslocamento no módulo de Regulação Médica.
- Definição se possuirá prioridade no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica.
- Definição se será obrigatório ou não o preenchimento dos campos “Hipótese Diagnóstica (HD) ou Sintomas”, “Unidade de Origem”, “Unidade Receptora” e “Com Intervenção” no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica ao abrir o chamado como Transferências inter-hospitalares com ou sem Regulação Médica.
- Definição se permitirá marcar o endereço como não informado no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica.
- Definição se permitirá a digitação livre de outro bairro no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica.
- Definição se exibirá chamados com status "Aguardando Conduta" no módulo de Interface Inicial ao nível de Médico.
- Definição quantos minutos antes da consulta de um chamado Eletivo/Transporte Sanitário irá exibir um alerta visual no módulo de Interface Inicial.
- Definição se exibirá as perguntas para o TARM de acordo com a queixa no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica.



- Definição se no preenchimento das coordenadas já virá por padrão com a Latitude em negativo no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica.
- Definição se será bloqueado automaticamente um usuário após um tempo em dias sem uso do sistema. (Se definido como 0 os usuários nunca serão bloqueados).
- Definição se exibirá a pergunta se o paciente possui convênio médico no módulo de Regulação Médica e no módulo de Registro de Cena.
- Definição de um intervalo em minutos que exibirá as gravações.
- Definição se o campo "destino" ficará visível caso a regulação seja sem intervenção com orientação ou meios próprios.
- Definição se a prioridade da transferência será igual a prioridade da regulação no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica.
- Definição se oculta os campos de Sinais Vitais e Ação com intervenção no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica na opção Transferência.
- Definição se permite que o nível Equipe de Atendimento/Ambulância defina o estabelecimento na Regulação.
- Definição se permite que o nível Equipe de Atendimento/Ambulância defina o estabelecimento no módulo de Registro de Cena.
- Definição se irá exibir um alerta visual no módulo de Interface Inicial aos chamados que forem marcados como Aguardando Vaga para o nível Equipe de Atendimento/Ambulância.
- Definição se será obrigatório inserir no módulo de Escala de Equipes todos funcionários necessários para o tipo de veículo.
- Definição se exibirá no módulo de Interface Inicial para os níveis TARM e Rádio Operador o status de todos os médicos logados no sistema ordenado pelo horário da última regulação
- Definição se exibirá as perguntas de criticidade no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica.
- Definição se no módulo de Interface Inicial para o nível Rádio Operador irá exibir na coluna "Hospital" o Hospital de Origem (O) até o empenho da VTR, após o empenho exibirá o Hospital de Destino (D), se for desativado irá exibir sempre o Hospital de Destino.



- Definição se no módulo de Interface Inicial para o nível Radio Operador irá exibir na coluna "VTR" o tipo de VTR solicitado em colchetes até o empenho da VTR. Ex.: [USB]
- Definição se irá exibir no módulo de Registro de Cena a opção de "Aguardando Vaga" para o nível Médico Regulador e "Encaminhado" para o nível de Equipe de Atendimento/Ambulância.
- Definição se irá exibir no módulo de Registro de Cena a opção do motivo de entrada para o hospital escolhido.
- Definição se o nível TARM poderá complementar a regulação médica através do módulo de Regulação Médica nos chamados de Transferências inter-hospitalares.
- Definição se o nível Médico Regulador poderá alterar dados do paciente no módulo de Registro de Cena.
- Definição se os usuários podem adicionar observações ao chamado a qualquer momento.
- Definição se irá apresentar chamados de Regulação Médica e Transferências inter-hospitalares juntos ou de forma separada.
- Definição se permitirá o registro do estado das pupilas no módulo de Registro de Cena.
- Definição se permitirá a impressão da ficha de despacho após empenhar veículo no módulo de Rádio Operação.
- Definição se irá bloquear a alteração no módulo de Registro de Cena após 24 horas da liberação do veículo.
- Definição se irá bloquear a alteração de horários no módulo de Rádio Operação após a liberação do veículo.
- Definição se irá exigir no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica a seleção da cidade em caso de Trote, Informação ou Engano.
- Definição se permitirá a duplicação de chamados após 24 horas.
- Definição se permitirá o preenchimento de dados complementares do paciente no módulo de Registro de Cena.
- Definição se será obrigatório o preenchimento do local da solicitação no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação.



- Definição de será ordenado os chamados no módulo de Interface Inicial para o usuário com nível Radio Operador por prioridade, status e horário.
- Definição se permitirá que o usuário com nível Radio Operador retorne o chamado para o módulo de Regulação Médica.
- Definição de quantos minutos antes da regulação de um chamado irá exibir um alerta no módulo de Interface Inicial.
- Definição de quantos minutos para iniciar o contador de preenchimento do módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação, o contador irá piscar em vermelho quando atingir o tempo 0:00.
- Definição de quantos minutos para modificar a cor do contador de preenchimento do módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação para vermelho.
- Definição se exibirá no módulo de Regulação Médica as opções de transferência pré-hospitalar ou inter-hospitalar.
- Definição se o termo “Queixa Primária” será substituído pelo termo “Motivo da Solicitação”.
- Definição de no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação ao selecionar Transferências inter-hospitalares será exibido a opção de preenchimento do número da vaga fornecida pela Cross.
- Definição de quantos minutos para iniciar o alerta de atraso do envio da VTR no módulo de Interface Inicial.
- Definição de quantos minutos para iniciar o alerta de atraso do envio da VTR após cada justificativa no módulo de Interface Inicial.
- Definição se o alerta de atraso do envio da VTR será exibido para todos os horários da viatura.
- Definição se exibirá os campos “Evento Adverso”, “Acidente de Trabalho” e “Violência a Vulneráveis” módulo de Registro de Cena.
- Definição se os campos “História Pregressa da Moléstia Atual” e “Observação” do módulo de Registro de Cena serão bloqueados após o primeiro preenchimento.
- Definição se o nível Equipe de Enfermagem poderá dar baixa nos equipamentos retidos.



- Definição se nos encerramentos de cena exibirá a opção de “Óbito” no módulo de Registro de Cena.
- Definição se será emitido um alerta sonoro no módulo de Interface Inicial quando existir um chamado Aguardando Vaga.
- Definição se os chamados do tipo Eletivo/Transporte Sanitário serão abertos com a prioridade Azul ou Verde
- Definição se no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação será exibido a opção “Evento” para o chamado do tipo Regulação Médica
- Definição de no módulo de Regulação Médica para chamado do tipo Transferências inter-hospitalares será exibido a opção de preenchimento do número da vaga fornecida pela Cross.
- Definição se não permitirá o acesso ao módulo de Ficha de Chamado após 24 horas da liberação do veículo.
- Definição se ao duplicar um chamado o novo chamado ficará com status “Aguardando regulação” ou “Aguardando empenho de viatura”.
- Definição se no módulo de Registro de Cena haverá uma pergunta obrigatória “Necessita de Apoio?”
- Definição se exibirá as opções “duplicar com novo veículo” ou “duplicar com mesmo veículo” ao duplicar um chamado.
- Definição se após realizar login no sistema o usuário deverá informar em qual unidade que está atendendo.
- Definição se no módulo de Registro de Cena haverá uma pergunta obrigatória “Uso do trombolítico?” de acordo com Hipóteses Diagnósticas pré-definidas.
- Definição se será exibido o controle informativo e gráfico de Remoção dos Pacientes das últimas 12 horas no módulo de Interface Inicial.
- Definição se irá alterar a ordenação dos chamados do Médico Regulador por Status.
- Definição se será obrigatório o preenchimento de pelo menos uma conduta no módulo de Registro de Cena.
- Definição de quais níveis de acesso terá permissão de dar QTA em um chamado.



- Definição se o nível Cidade terá acesso somente aos chamados do tipo Regulação Médica.
- Definição se os estabelecimentos exibidos no módulo de Registro de Cena serão ordenados pela distância do endereço do estabelecimento para o endereço do atendimento.
- Definição se o campo “convênio médico” do módulo de Regulação Médica virá com a opção “não informado” pré-selecionada.
- Definição se permitirá a impressão da ficha de despacho após empenhar veículo no módulo de Rádio Operação para chamado do tipo Eletivo/Transporte Sanitário.
- Definição se será utilizado o cadastro de pacientes para abertura de chamado do tipo Eletivo/Transporte Sanitário.
- Definição se será disponibilizado o preenchimento de um segundo telefone no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação.
- Definição se no módulo de Registro de Cena será exibido inicialmente somente os estabelecimentos que estão cadastrados na grade de referência, dando a opção de o usuário carregar os demais estabelecimentos.
- Definição se será possível realizar a edição do endereço do atendimento através do módulo de Regulação Médica.
- Definição se o campo “CNES” será obrigatório no cadastro de estabelecimentos
- Definição se o veículo do atendimento será liberado automaticamente após ser selecionado uma opção de encerramento no módulo de Registro de Cena, exceto se a opção escolhida for “Óbito”.
- Definição se a grade de referência será baseada nos cadastros de “Agravado de Saúde” e “Linha de cuidado” ou nos cadastros de “APH” e “Tipo APH”.
- Definição se haverá integração com sistema IPBX/PABX baseado em protocolo SIP.
- Definição de comportamentos diferentes dos estabelecimentos no módulo de Dispositivos Móveis:
 - * Exibe a possibilidade de remoção para 3 estabelecimentos se a vaga for negada.
 - * Exibe a possibilidade de remoção para apenas 1 estabelecimento sem opção de vaga negada.
 - * A definição de estabelecimento não será exibida no módulo de Dispositivos Móveis



- Definição se a conduta do médico regulador será obrigatório módulo de Registro de Cena.
- Definição se no módulo de Rádio Operação será possível inserir o KM em cada etapa de deslocamento das viaturas.
- Definição se no módulo de Regulação Médica poderá ser marcado a opção “Hipótese não informada” removendo a obrigatoriedade de preenchimento dos campos “Tipo de APH” e “Hipótese Diagnóstica”.
- Definição se terá o campo “Nome da Mãe” módulo de Registro de Cena.
- Definição se terá o campo “Nº do Conselho” módulo de Registro de Cena.
- Definição se permite a seleção das opções "USB" e "USA" de maneira simultânea no módulo de Regulação Médica.
- Definição se será alterado o nome do campo de "Conduta" para "Registro de Cena" módulo de Registro de Cena.
- Definição se irá carregar o campo “Início da Regulação Médica” dos horários do chamado no módulo de Ficha de Chamado com a data e horário do início da regulação médica.
- Definição se irá permitir ao nível Cidade ter acesso ao módulo de Relatório, Gráficos e Estatísticas.
- Definição se será removido os campos “Idade” e “Sexo” no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação dos chamados do tipo Trote, Informações e Engano.
- Definição se no campo “Regulação Médica” dos horários do chamado no módulo de Ficha de Chamado será exibido a data e horário do início da regulação médica ou a data e hora da última regulação médica.
- Definição se no módulo de Interface Inicial será carregado um “botão de emergência” onde será aberto um chamado rapido pronto para o envio do veículo.
- Definição se será bloqueado o acesso aos módulos de Rádio Operação e de Registro de Cena após a conclusão do chamado, alterando comportamento padrão nos módulos.
- Definição se será exibido os campos de preenchimento obrigatório “tipo de informação”, “pergunta do solicitante” e “resposta” no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação dos chamados do tipo Informações.
- Definição se o nível hospital terá acesso ao módulo de Ficha de Chamado.



- Definição se no módulo de Interface Inicial será carregado um botão com texto e link customizados.
- Definição se o nível hospital terá acesso ao menu “Operacional” e a visualização do controle de equipamentos retidos no módulo de Interface Inicial.
- Definição se o nível hospital irá visualizar apenas de grid de pacientes críticos no módulo de Interface Inicial.
- Definição se irá carregar o georreferenciamento dos estabelecimentos no módulo de Registro de Cena.
- Definição se, na tela de Regulação Médica das Transferências Inter-hospitalares (TIH), as opções "Aguardando Vaga" e "Aguardando Retorno Médico" deixarão de ser apresentadas no bloco Situação (Internação/Remoção).
- Definição de qual o nome será exibido para o campo “Prioridade” no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação.
- Definição se no módulo de Regulação Médica quando for feita a primeira regulação médica o sistema exibirá a perguntar se o paciente realizou o teste RT-PCR (Covid-19) nos últimos 15 dias e se o preenchimento deve ser obrigatório ou não.
- Definição de qual o título será exibido na grid de Transferências / Internações do módulo de Interface Inicial.
- Definição se o campo "Paciente em óbito?", localizado no bloco Situação (Internação/Remoção) do Registro de Cena, será ocultado nos atendimentos do tipo Transferência Inter-hospitalar (com e sem regulação) e Paciente Crítico.
- Definição dos níveis de acesso autorizados a acessar o cadastro de Estabelecimentos (gerenciamento), permitindo restringir o acesso a perfis específicos por necessidade operacional do contratante.
- O cadastro de Estabelecimentos deverá oferecer botão para consulta automática dos dados do estabelecimento a partir do número de CNES (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde), integrando-se a serviço público disponibilizado pelo Ministério da Saúde. Eventuais custos de utilização de APIs específicas do serviço CNES são de responsabilidade do CONTRATANTE. Caso o bairro ou cidade retornados pelo serviço CNES não estejam cadastrados no sistema, será necessário o preenchimento manual destes campos pelo operador.



- Definição do conjunto de Hipóteses Diagnósticas que disparam automaticamente o preenchimento do bloco de avaliação neurológica BE-FAST na cena (web e aplicativo móvel).
- Definição da obrigatoriedade do registro de Ferimentos no Módulo de Registro de Cena quando o Tipo de APH selecionado for Trauma.
- Definição da ocultação individual dos seguintes blocos do Módulo de Registro de Cena, independentemente do Tipo de APH: Observação do Apoio, Prioridade da Cena, Outros Antecedentes, Coloração da Pele, Sangramento, Pupilas, Nível de Consciência e Respiração.
- Definição se a digitação livre vinculada à opção "Outros" no campo Local do Chamado do Módulo de Atendimento do TARM será ocultada/desabilitada, padronizando a coleta apenas com as opções pré-cadastradas.
- Definição do raio (em metros) tolerado na validação de coerência geográfica entre a posição GPS do dispositivo móvel da equipe e o endereço da ocorrência/destino, aplicada nos registros de chegada ao local e chegada ao destino realizados pelo aplicativo móvel.

MÓDULO DE ATENDIMENTO DO TÉCNICO AUXILIAR DE REGULAÇÃO MÉDICA

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- TARM
- Médico
- Radio Operador
- Administrador

No módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica e deverá conter as seguintes funcionalidades:

Na abertura do chamado deve exibir as opções de abrir como:

- Regulação Médica
- Trote
- Informações
- Engano
- Sem Regulação Médica
- Transferências inter-hospitalares com Regulação Médica



- Transferências inter-hospitalares sem Regulação Médica
- Eletivo/Transporte Sanitário
- Queda da ligação
- Contato com equipe
- Viagem
- Desvio de fluxo
- Ligação coordenação
 - As opções de abertura de chamado devem ser parametrizáveis de acordo com a necessidade do contratante.
 - Deve registrar o horário da abertura e encerramento do atendimento, e o nome do usuário responsável pela abertura do chamado.
 - Aviso de chamados semelhantes, quando tiver um chamado em andamento com o mesmo nome de solicitante, nome de paciente ou endereço igual, permitindo concluir ou não um chamado.
 - Aviso de chamado já aberto (duplicação), quando tiver um chamado em andamento com o mesmo nome de solicitante, nome de paciente e endereço igual, não permitindo a conclusão do chamado.
 - Ao digitar o número do telefone, o sistema deverá reconhecer automaticamente se o telefone possui registros de trote, informando ao usuário a quantidade de trotes registrados e a última data do registro. Adicionalmente, o sistema deverá exibir o histórico de endereços previamente atendidos vinculados ao mesmo número de telefone, permitindo ao operador selecionar um endereço já cadastrado para preenchimento automático dos campos de localização da ocorrência.
 - O sistema deverá estar integrado e homologado com o serviço de Assistência de Emergência SYNC® disponibilizando campos para preenchimento de coordenadas (Latitude e Longitude) onde ao ser digitadas serão validadas no formato WGS 84 sinalizado (+/-) apresentado em graus decimais, com precisão mínima de 3 casas decimais, após a validação o sistema deverá carregar automaticamente a Cidade, Logradouro, Numeral e Bairro de acordo com as informações passadas por serviço de geocodificação reversa baseado em API JavaScript ou REST, e deverá permitir a

visualização das coordenadas em mapa para facilitar a localização da ocorrência. A solução de mapas e geocodificação adotada deverá fornecer cota mínima de 25.000 carregamentos de mapa por dia ou equivalente.

- Sugestão de acordo com a Cidade selecionado no preenchimento do logradouro da ocorrência através da digitação de qualquer parte do nome do logradouro, a partir de uma base com logradouros pré-cadastrados para agilidade da digitação. Ao selecionar a sugestão o mesmo já deve carregar automaticamente o bairro associado, se o logradouro pertencer a mais de um bairro, exibirá esses bairros no topo da listagem com a cor azul.
- Exibição de perguntas parametrizadas para preenchimento obrigatório de acordo com a queixa primaria.
- Permitir o preenchimento manual do bairro caso o mesmo não contenha na lista de bairros oferecida pelo sistema.
- Disponibilizar um campo para todas as observações que o usuário achar pertinente na ficha de atendimento.
- Deve possuir um campo para inserir informações sobre complemento ou referência dos endereços, auxiliando e agilizando a localização da ocorrência.
- Deve ter os seguintes campos de preenchimento obrigatório para conclusão do chamado, exceto se possuir coordenadas informadas:
 - Nome do solicitante
 - Idade do paciente
 - Sexo do paciente
 - Cidade da ocorrência
 - Bairro da ocorrência
 - Logradouro da ocorrência
 - Queixa primaria
- Deve permitir a parametrização da obrigatoriedade do campo telefone.
- Deve possuir um campo em que o Técnico Auxiliar de Regulação Médica possa passar seu sentimento sobre a gravidade do caso, auxiliando na classificação dos

chamados no módulo de interface inicial, o sistema dever permitir a inclusão ou exclusão desse campo através do módulo de Gerenciamento e Parametrização.

- Exibição de perguntas parametrizadas para preenchimento obrigatório para definir a criticidade do caso mencionado acima.
- Deve possuir os seguintes campos parametrizáveis para auxiliar a regulação médica:
 - Quem solicitou (Ex.: Transeunte, Amigo, PM, COBOM, Familiar e outros)
 - Distância do paciente (Ex.: Com o paciente, Próximo, Longe)
 - Local da ocorrência (Ex.: Via pública, Escola, Residência e outros)
- Ao abrir chamado como Trote, Engano ou Informação os campos obrigatórios devem vir preenchidos para agilizar a conclusão do chamado, exceto o telefone.
- Ao abrir o chamado como Transferências inter-hospitalares com ou sem Regulação Médica, deve acrescentar automaticamente os seguintes campos para preenchimento:
 - Hipótese Diagnóstica ou Sintomas
 - PA
 - FC
 - FR/SATM
 - Glasgow
 - DX
 - Observação da Transferência
 - Unidade Origem
 - Complemento Origem
 - Unidade Receptora
 - Complemento Destino
 - Prioridade
 - Ação com Intervenção



- Ao abrir o chamado Sem Regulação Médica deve habilitar automaticamente o seguinte campo para preenchimento:
 - Ação com intervenção
- Ao abrir o chamado como Eletivo/Transporte Sanitário deve habilitar automaticamente o seguinte campo para preenchimento:
 - Motivo da solicitação (Consulta, Retorno ou UBS)
 - Unidade Destino ou Origem
 - Complemento Destino ou Origem
 - Data e Horário da consulta
- Após a conclusão nenhum dado preenchido nesse módulo poderá ser alterado e nem excluído exceto os seguintes campos:
 - Nome do solicitante
 - Idade do paciente
 - Sexo do paciente
 - Cidade da ocorrência
 - Bairro da ocorrência
 - Logradouro da ocorrência
 - Número do Logradouro da ocorrência
 - Outro Bairro da ocorrência

MÓDULO DE REGULAÇÃO MÉDICA

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Médico
- Administrador

No módulo de Regulação Médica deverá conter as seguintes funcionalidades:

- Exibir todos os dados coletados no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica.
- O processo de regulação médica deverá obrigar o registro de toda telemedicina aplicada pelo Médico.



- Registrar obrigatoriamente o Tipo de APH e a Hipótese Diagnóstica do atendimento

Em caso de transferência o sistema deve e exibir os seguintes campos para preenchimento:

- Unidade de Origem
- Unidade de Destino
- Horário de início da solicitação
- Horário do fim da solicitação
- Observação
- Situação (Aguardando vaga, Aguardando retorno médico, Internação ou remoção liberada, Orientação)
 - Na transferência o sistema deverá permitir até 5 tentativas de remoção do paciente.
 - Definir se o tipo de ação será com intervenção ou sem intervenção permitindo tomadas de ação de acordo com a necessidade de atendimento.

No caso de necessidade de intervenção o médico deverá preencher obrigatoriamente os seguintes campos:

- O tipo de viatura que será enviado
- A prioridade do chamado
- O código de deslocamento, com suas devidas descrições, caso o mesmo esteja ativado na configuração do sistema.
- Se ativo na parametrização do sistema, deverá preencher obrigatoriamente se possui convênio médico e deverá permitir informar qual o convênio e o código do usuário do convênio médico.
 - Durante a Regulação Médica o chamado no caso de necessidade de intervenção deverá possuir a classificação em cores de acordo com o código internacional de Manchester em Cores (Vermelho, Laranja, Amarelo, Verde e Azul) ou de acordo com a parametrização, deve ainda possuir suas devidas descrições para orientar o médico regulador.

No caso de sem intervenção ele deverá obrigatoriamente justificar o não envio da viatura onde deve possuir no mínimo as seguintes opções (o sistema deve permitir cadastrar mais opções):

- Orientação



- Informação
- QTA
- Meios Próprios
- Trote
- Apoio
 - O sistema deve permitir a escolha de envio de apoio parametrizado (Ex.: COBOM, GM, PM e outros) e exibir o contato cadastrado de cada apoio. A escolha do apoio pelo médico regulador deverá ser repassada aos Rádio Operadores e ficar registrado na ficha do chamado.
 - No caso de Aguardando Retorno deverá preencher somente a regulação médica e o Tipo de APH e a Hipótese Diagnóstica, essa opção poderá ser usada em caso de queda da ligação, o chamado permanecerá com status Aguardando Regulação até que a regulação médica seja concluída.
 - Após a conclusão nenhum dado preenchido nesse módulo poderá ser alterado e nem excluído, e todo dado novo incluído será registrado com o nome do usuário, data e hora da inclusão.

MÓDULO DE RÁDIO OPERAÇÃO

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Rádio Operador
- Administrador

No módulo de Rádio Operação deverá conter as seguintes funcionalidades:

- Exibir todos os dados coletado no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica e no módulo de - Regulação Médica.
- Deve registrar o horário em que o chamado está aguardando viatura e o horário da solicitação do envio da viatura, além do nome do usuário responsável pelo preenchimento do módulo de Rádio Operação.



- Fornece ao rádio operador uma lista dos veículos disponíveis para ser empenhado ao chamado com suas receptivas bases que deveram estar ordenados por ordem alfabética, por tipo de veículo e por horário do último atendimento, exibirá no topo com a cor azul as viaturas cuja base pertence a cidade da ocorrência.
- Fornece uma ferramenta de apoio ao rádio operador para localização do logradouro georreferenciado em mapa, com exibição de trânsito nas cidades cobertas pelo serviço.
- Em caso de transferência o sistema deve traçar a rota da unidade de origem até a unidade de destino, de acordo com o endereço cadastrado.
- Caso esteja utilizando o módulo de Rastreamento o sistema deverá traçar a rota do veículo selecionado até o local da ocorrência, após a chegada ao local traçar a rota até unidade de destino, se ele for definido pelo médico regulador, exibindo a movimentação do veículo no mapa em tempo real e permitindo o recalcule da rota.

Fornece ao rádio operador o controle completo de equipamentos retidos no destino, com as seguintes informações:

- Usuário que registrou o equipamento retido.
- Código do chamado, com link de visualização do chamado.
- Equipamento de qual viatura ficou retido.
- Nome do estabelecimento que reteve o equipamento.
- Nome do profissional responsável por reter o equipamento no estabelecimento.
- Quais e quantos equipamentos foram retidos.
- Data e hora da retenção do equipamento.
- Data e hora da liberação do equipamento.
- Usuário que registro a liberação do equipamento.
- Exibir o código de deslocamento definido pelo médico regulador com uma descrição sobre como deve ser feito o deslocamento, caso o mesmo esteja ativado na configuração do sistema.
- Possibilitar o redirecionamento de veículos para outro atendimento.



- Deverá permitir envio de múltiplos veículos para o mesmo chamado.
- Permitir a correção de logradouro, bairro e cidade do chamado.
- Disponibilizar um campo para todas as observações que o usuário achar pertinente.
- Em caso de transferência deverá exibir logradouro dos estabelecimentos previamente cadastrados.
- O sistema deverá obrigar o rádio operador a confirmar a equipe empenhada na viatura, oferecendo a sugestão da equipe definida antecipadamente na escala.
- A confirmação de equipe deve se autoajustar com os cargos obrigatórios de acordo com o tipo de veículo, seguindo como definido pelo Ministério da Saúde na portaria nº 356/SAS/MS, de 28 de abril de 2013.

Deverá possuir o controle completo do deslocamento das viaturas por sete status de horário, localização e prefixos:

- Horário da solicitação
- Horário da saída da viatura
- Horário da chegada ao local da ocorrência
- Horário da saída do local da ocorrência
- Horário da chegada a unidade de saúde (destino)
- Horário da liberação da unidade de saúde (destino)
- Horário da liberação da viatura da ocorrência
 - Deverá permitir o registro da quilometragem (KM) da viatura em cada etapa do deslocamento (saída da base, chegada ao local da ocorrência, saída do local, chegada ao destino e liberação), com obrigatoriedade configurável pelo administrador.
 - Após a conclusão nenhum horário preenchido nesse módulo poderá ser alterado e nem excluído.

MÓDULO DE REGISTRO DE CENA

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Médico



- Equipe de Atendimento/Ambulância

- Administrador

No módulo de Registro de Cena e deverá conter as seguintes funcionalidades:

O sistema deverá exibir os usuários que tiveram interação com o chamado:

- TARM

- Médico Regulador

- Rádio operador

- Médico/Enfermeiro/Auxiliar de enfermagem/Técnico de enfermagem que registrou a cena.

- O sistema deverá exibir o veículo empenhado no chamado e a equipe de atendimento.
- O sistema deverá exibir todos os dados registrados na ficha de atendimento.
- Permitir a correção/preenchimento do nome, sexo e idade do paciente.
- Registrar o nome de todos os usuários com data e horário que interagiram com a cena.
- Registrar os Tipos de APH e as Hipóteses Diagnósticas encontradas na cena, dando como sugestão o que foi preenchido na regulação médica, sendo obrigatório no mínimo um registro.
- Registrar o acompanhamento dos Sinais vitais parametrizados (Ex.: PA, FC, FR, SAT, Cincinati, Glasgow, DX, Temperatura e outros) agrupados por horário de registro.

Deverá ainda registrar os dados parametrizados coletados do paciente como:

- Antecedentes (Ex.: Epilepsia, Etilismo, Asma, HIV e outros)

- Nível de Consciência (Ex.: Normal, Confuso, Inconsciente e outro)

- Respiração (Ex.: Via Aérea Pérvia, Via Aérea Obstruída, Normal e outros)

- Sudorese (Presente, Ausente e outros)

- Coloração da pele (Palidez, Normal, Cianose e outros)

- Sangramento (Ausente, Discreto, Volumoso e outros)

- Permitir registrar quantos ferimentos for necessário com informações parametrizadas como o tipo do ferimento e o local do ferimento.
- Permitir registrar quantos procedimentos for necessário com informações parametrizadas como o tipo de procedimento e o procedimento e uma observação.
- Permitir registrar quantos medicamentos for necessário com informações parametrizada como medicamento, a quantidade e uma observação.
- Permitir o registro do uso de medicamento e alergia do paciente.
- Registrar a prioridade definitiva de atendimento de acordo com as cores de Manchester ou de acordo com a parametrização, com suas devidas descrições, trazer como sugestão a prioridade utilizada na regulação médica.
- Disponibilizar um campo para todas as observações que o usuário achar pertinente na ficha de atendimento.
- Disponibilizar campo separados para inserir Conduta do Médico Regulador, Conduta do Médico Intervencionista e Conduta da Equipe de Enfermagem.
- Registrar o apoio utilizado durante o atendimento de acordo com os apoios parametrizados no sistema e exibir o contato cadastrado de cada apoio.
- Se ativo na parametrização do sistema, deverá preencher se possui convênio médico e deverá permitir informar qual o convenio e o código do usuário do convênio médico.

Deverá ainda obrigar a definição de conduta da cena, sendo definida como:

- Atendimento em residência
- Conduta no veículo
- Remoção ou transferência para unidade de saúde.

Em caso de não atendimento registrar o motivo como (o sistema deve permitir cadastrar mais opções):

- Recusa de Atendimento
- Recusa de Remoção
- Evasão do Local
- Endereço não localizado



- Óbito

- Em caso de Remoção ou transferência o sistema deverá registrar qual unidade de saúde permitindo ainda registro de vaga negada com especificação de motivos parametrizados e o profissional que negou o atendimento, também permitir escolher o motivo da entrada de acordo com as opções cadastradas.
- Exibir grade de referência cadastrada para hospitais dependendo da cidade da ocorrência e do APH.

Ainda em caso de remoção o sistema deve registrar os pertences do paciente deixados na unidade de destino com as seguintes informações:

- Nome receptor
- Cargo receptor
- Descrição dos pertences
- Local deixado pertences
- Data e horário que foi deixado os pertences

Permitir também em caso de remoção e transferência o uso do recurso de vaga zero e registrar o profissional responsável pelo recebimento do paciente na unidade de saúde.

Exibir todas datas e horários que foram registrados no chamado:

- Data e horário da abertura do chamado
- Data e horário da regulação médica
- Data e horário da solicitação
- Data e horário da saída da viatura
- Data e horário da chegada ao local da ocorrência
- Data e horário da saída do local da ocorrência
- Data e horário da chegada à unidade de saúde (destino)
- Data e horário da liberação da unidade de saúde (destino)
- Data e horário da liberação da viatura da ocorrência



Em caso de Óbito o sistema deve permitir o armazenamento das seguintes informações:

- Tipo de óbito
- Nome do profissional que constatou o óbito
- Data e horário do óbito
- Após a conclusão nenhum dos dados do paciente (Sinais vitais, Antecedentes, Consciência, Respiração, Sudorese, Coloração, Sangramento, Uso de medicamento, Alergia, Ferimentos, Procedimentos, Medicamentos, Apoios) preenchido nesse módulo poderá ser alterado e nem excluído.

Quando a Hipótese Diagnóstica selecionada constar no conjunto de HDs definido por parâmetro de sistema (configurado pelo administrador), o sistema deverá exibir bloco específico de avaliação neurológica baseado na escala BE-FAST, contendo no mínimo:

- B (Balance / Equilíbrio): avaliação de desequilíbrio ou dificuldade para andar.
- E (Eyes / Visão): avaliação de perda súbita da visão em um ou ambos os olhos.
- F (Face / Rosto): avaliação de desvio da face ou queda de um lado do rosto.
- A (Arms / Braços): avaliação de queda de um dos braços ou fraqueza.
- S (Speech / Fala): avaliação de fala enrolada, lenta ou incompreensível.
- T (Time / Tempo): registro do último horário em que o paciente foi visto bem (LKW), com opção de não informado, e cálculo automático e em tempo real da janela terapêutica.

Cada item de B/E/F/A/S avaliado como Normal ou Alterado.

MÓDULO DE FICHA DE CHAMADO

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- TARM



- Médico
- Rádio Operador
- Equipe de Atendimento/Ambulância
- Hospital
- Administrador
- Consultas de relatórios

No módulo de Ficha de Chamado deverá conter as seguintes funcionalidades:

Trazer todas as informações do chamado como:

- Nome de todos os usuários que interagiram com o chamado (TARM, Médico Regulador, Rádio Operador, Médico que realizou a cena, Enfermeiro que realizou a cena, Equipe e a viatura que atendeu a ocorrência)
- Informações coletadas no módulo de Atendimento do Técnico Auxiliar de Regulação Médica
- Informações coletadas no módulo de Regulação Médica
- Informações coletadas no módulo de Rádio Operação
- Informações coletadas no módulo de Registro de Cena
- Informações coletadas no módulo de Dispositivo Móveis (sinais vitais, ferimentos, procedimentos, medicamentos, assinaturas digitais, conduta e demais dados registrados em cena via aplicativo móvel)
 - Permitir a visualização do percurso da viatura durante o atendimento com data e hora, longitude, latitude e velocidade aproximada, caso esteja utilizando o módulo de Rastreamento.
 - Permitir a impressão da ficha de chamado.
 - Permitir salvar a ficha do chamado em PDF.

MÓDULO DE CONSULTA

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:



- TARM
- Médico
- Rádio Operador
- Equipe de Atendimento/Ambulância
- Administrador
- Consultas de relatórios

No módulo de Módulo de Consulta deverá conter as seguintes funcionalidades:

Consultas simultâneas em tempo real permitindo múltiplas formas de filtragem tais como:

- Faixa de datas
- Faixa de horários
- Mais recentes por dias
- Mais recentes por chamados
- Status
- Número do chamado
- Usuário
- Nome Solicitante
- Nome Paciente
- Faixa de idade
- Sexo
- Cidade
- Bairro
- Endereço
- Veículo
- Tipo de Veículo
- Apoio no chamado
- Apoio na cena



- Prioridade
- Código de Deslocamento
- Tipo de Solicitação
- Subgrupo APH
- Hipótese Diagnóstica
- Tipo de Chamado
- Intervenção
- Tipo de Solicitante
- Distância do paciente
- Local
- Conduta
- Hospital
- Antecedentes
- Consciência
- Respiração
- Sudorese
- Coloração
- Sangramento
- Ferimento
- Local do ferimento
- Tipo do procedimento
- Procedimento
- Medicamento
- Possui convênio médico particular?
- Convênio médico
- Motivo da transferência



Exibir os chamados com as seguintes informações:

- Número do chamado
- Data e Hora do chamado
- Status do chamado
- Médico que regulou o chamado
- Horário da regulação médica
- Endereço da ocorrência
- Nome do solicitante
- Nome do Paciente
- Hipótese Diagnóstica
- Viatura
- Horário de liberação da viatura
- Prioridade
- Unidade de saúde destino

Permitir acesso aos seguintes módulos:

- Módulo de Ficha de Chamado
- Módulo de Rádio Operação
- Módulo de Registro de Cena

Permitir a duplicação de chamados regulados e não permitir a duplicação de trotes, enganos e informações.

MÓDULO DE REGISTRO DE PLANTÃO

Tem acesso a esse módulo os usuários com as seguintes permissões:

- Acessa registro de plantão NUIF
- Acessa registro de plantão / Chefe de Equipe



- Acessa registro de plantão / Gerente de Frota
- Acessa registro de plantão / Regulação Médica

No módulo de Escala de Equipes deverá conter as seguintes funcionalidades:

Realizar os seguintes registros por turnos dos plantões seguindo os formulários NUINF, Chefe de Equipe, Gerente de Frota e Regulação Médica.

O formulário NUINF deve possuir as seguintes informações:

- Data
- Turno
- Gestor de T.I.
- Equipe de T.I.
- Eventos
- Intercorrências do plantão
- Elogios
- Anexos

O formulário Chefe de Equipe deve possuir as seguintes informações:

- Data
- Turno
- Chefe de Equipe/CRM
- Médicos Reguladores
- Gerentes de Frota
- MUNICÍPIOS SEM USB
 - Posto de trabalho
 - QRU



- QRU Temp.
- S/ Equipes
- S/ Apoio
- Remanejamento
- Evento
- MUNICÍPIOS SEM USA
 - Posto de trabalho
 - QRU
 - QRU Temp.
 - S/ Equipes
 - S/ Apoio
 - Remanejamento
 - Evento
- Eventos
- RELATÓRIO DAS USAs e/ou USBs
 - Posto de Trabalho
 - Veículo
 - Profissional
 - Inadequação
- Intercorrências do plantão
- Elogios
- Anexos

O formulário Gerente de Frota deve possuir as seguintes informações:

- Data
- Turno



- Chefe de Equipe/CRM
- Médicos Reguladores
- Eventos
- Intercorrências do plantão
- Elogios
- Anexos

MÓDULO DE ESCALA DE EQUIPES

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Rádio Operador
- Administrador
- Escala de equipe
- Controle de frota

No módulo de Escala de Equipes deverá conter as seguintes funcionalidades:

- O sistema deverá fornecer controle de escala por viatura x plantão.
- Deverá permitir a definição de mais de uma data e horário por escala.
- Permitir adicionar contato e observação a equipe.
- A escala definida deverá servir de sugestão para confirmação de equipe pelo rádio operador
- A escala de equipe deve se autoajustar com os cargos obrigatórios de acordo com a parametrização e com o tipo de veículo, seguindo como definido pelo Ministério da Saúde na portaria nº 356/SAS/MS, de 28 de abril de 2013.

Permitir a consultar das escalas através de faixa de datas e mais recentes, exibindo as seguintes informações:

- Viatura
- Data e hora do início da escala



- Data e hora do fim da escala
- Contato
- Observação
- Nome de todos os funcionários que formam aquela equipe e seus respectivos cargos

MÓDULO DE CONTROLE DE VIATURA

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Rádio Operador
- Administrador
- Controle de frota

No módulo de Controle de Viatura deverá conter as seguintes funcionalidades:

- Permitir a visualização em tempo real da localização da viatura através de mapa, caso esteja utilizando o módulo de Rastreamento.
- Permitir alterar o status parametrizados da viatura.
- É obrigatório possuir os status Ativo e Empenhado.
- A alteração de status para um status parametrizado (Ex.: Reserva, Baixada e outros) deve obrigatoriamente ser justificada.
- Permitir alteração da base em que se encontra a viatura.

Permitir a consultar o histórico dos status das viaturas com data e hora de suas alterações, permitindo filtra e ordenar por:

- Faixa de datas
- Por viatura
- Por status

Na consulta do histórico dos status das viaturas deverá exibir as seguintes informações:

- Viatura
- Status
- Justificativa



- Data inicial
- Data final
- Período que a viatura permaneceu naquele status

MÓDULO DE CHECKLIST DE VIATURA

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Administrador
- Equipe de Atendimento/Ambulância
- Controle de frota

Deverá disponibilizar módulo de checklist de viatura com cadastro de formulários, grupos, perguntas e respostas configuráveis pelo administrador, com aplicação periódica pela equipe operacional. Deverá permitir a definição de tolerância de validade do checklist (em dias) parametrizável, gerando alerta quando a validade expirar. Deverá oferecer relatório de checklist com filtros por viatura, período e formulário. A ativação inicial do módulo no ambiente do CONTRATANTE será realizada pela CONTRATADA, conforme demanda do contratante.

MÓDULO DE RELATÓRIO, GRÁFICOS E ESTATÍSTICAS

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Administrador
- Consultas de relatórios

No módulo de Relatório, Gráficos e Estatísticas deverá conter as seguintes funcionalidades:

O sistema deverá através de um módulo gerencial, deverá permitir a emissão de relatórios, gráficos e estatísticas que atendam todos os indicadores abaixo conforme portaria 1010 do MS:

- Número geral de ocorrências atendidas no período
- Tempo mínimo médio e máximo de resposta
- Identificação dos motivos dos chamados



- Quantitativo de chamados, orientações médicas, saídas de Unidade de Suporte Avançado (USA) e Unidade de Suporte Básico (USB)
- Localização das ocorrências
- Idade e sexo dos pacientes atendidos
- Identificação dos dias da semana e horários de maior pico de atendimento
- Pacientes (número absoluto e percentual) referenciados aos demais componentes da rede, por tipo de estabelecimento.
- Emissão de relatório de faturamento SUS por APH.

O sistema deve oferecer os seguintes relatórios estatísticos e gráficos pré-definidos:

- Total de chamados
- APH
- Tipo de APH
- HD
- Tipo de HD
- Subgrupos de APH
- Bairros atendidos
- Remoções
- Por Tipo de solicitante
- Por Local de solicitação
- Tipo de ação com apoio no chamado
- Tipo de ação com apoio na cena
- Tipo de chamado
- Prioridades
- Código de Deslocamento
- Tipos de ação com intervenção
- Tipos de ação sem intervenção



- Conduta tomada
- Antecedentes
- Consciência
- Respiração
- Sudorese
- Coloração
- Sangramento
- Ferimentos
- Procedimentos
- Medicamentos
- Tempo - chamado x regulação
- Atendimento por usuário no chamado
- Atendimento por usuário na regulação
- Logradouros atendidos
- Cidades atendidas
- Chamados por dia
- Total de acionamentos por viatura
- Total de acionamentos por tipo de viatura
- Total de atendimentos por viatura
- Total de atendimentos por tipo de viatura
- Equipamentos retidos
- Tempo resposta
- Ocorrências por dia da semana
- Ocorrências por hora
- Faixa Etária
- Telefonemas



- Vaga Zero
- Vaga Negada
- Equipamentos retidos por hospitais
- Antecedentes
- Coloração da pele
- Nível de consciência
- Ferimentos
- Medicamentos
- Procedimentos
- Respiração
- Sudorese
- Sangramento
- Atendimento por usuário na Cena
- Atendimento por usuário na Rádio Operação
- Chamados por dia da semana
- Chamados por horário
- Local ferimento
- Local x Ferimentos
- Tempo resposta analítico
- Tempo resposta sintético
- Total de transferência por tipo de VTR
- Total de transferência por VTR
- Total tempo resposta
- Acessos usuários
- Tempo de sessão por usuário (com data/hora de entrada, saída e duração)
- Equipe intervenção



- Hospital Origem X Hospital Destino
- Quilometragem rodada por escala de viatura (Relatório de KMs)
- Tempo médio entre etapas do atendimento (solicitação x saída da viatura, saída x chegada ao local, permanência no local, deslocamento do local ao hospital, recebimento da ligação até chegada ao hospital)
- Colaborador x Tempo Resposta (Médico Regulador)
- Colaborador x Tempo Resposta (TARM e Frota)
- Destino do Paciente com percentual por estabelecimento
- Uso de medicamento trombolítico (filtrável por hipótese diagnóstica)
- atendimentos eletivos com retorno (Eletivo Retorno)
- Histórico do dispositivo de rastreamento em veículo
- Envios de USA após envio de USB

O sistema também deverá oferecer os seguintes relatórios parametrizáveis:

- Atendimento de Aparelho Circulatório
- Atendimento de Aparelho Digestivo
- Atendimento de Aparelho Geniturinário
- Atendimento de Aparelho Respiratório
- Atendimento de Doenças de Pele
- Atendimento de Doenças dos Olhos
- Atendimento de Doenças de Ouvido
- Atendimento de Doenças de Sangue
- Atendimento de Doenças Infecciosas
- Atendimento de Doenças Metabólicas
- Atendimento de Neoplasia
- Atendimento de Osteomuscular



- Atendimento de Sintomas
- Atendimento de Sistema Nervoso
- Atendimento de Emergência
- Atendimento de Lesões
- Atendimento de Urgência
- Atendimento de GO
- Atendimento de Gravidez
- Atendimento de Transtorno Mental
- Atendimento de Pediatria
- Atendimento de Acidente de Trânsito

Além dos relatórios acima, o Sistema deverá fornecer as informações adquiridas nos formatos HTML, PDF e XLS através de filtros específico, que devem se autoajustar de acordo com a necessidade do relatório:

- Ação com intervenção
- Ação sem intervenção
- Antecedentes
- APH
- Apoio Cena
- Apoio Chamado
- Bairro
- Base da viatura
- Cargo do profissional
- Cidade
- Código de deslocamento
- Coloração



- Conduta
- Consciência
- Convênio médico
- Data
- Endereço
- Equipamento retido
- Estabelecimento origem
- Estabelecimento destino
- Faixa de idade
- Ferimentos
- HD
- Intervenção
- Local do chamado
- Local do ferimento
- Localização do solicitante
- Medicamentos
- Motivo vaga negada
- Nome do paciente
- Nome do solicitante
- Óbito
- Pergunta convênio
- Prioridade
- Procedimento
- Profissionais
- Respiração
- Sangramento



- Sexo
- Status
- Subgrupo APH Cena
- Sudorese
- Tipo APH Cena
- Tipo de chamado
- Tipo HD Chamado
- Tipo de procedimento
- Tipo de solicitante
- Tipo de viatura
- Usuário na abertura do chamado
- Usuário na regulação médica
- Usuário na rádio operação
- Usuário na cena
- Viatura
- Agravo de Saúde

Os gráficos devem ser exibidos nas seguintes formas:

- Ações
- Área
- Área em curva
- Área empilhada
- Área empilhada em 100%
- Barra
- Barra empilhada
- Barra empilhada em 100%



- Barra de erro
- Bolhas
- Castiçal
- Coluna
- Coluna empilhada
- Coluna empilhada em 100%
- Funil
- Kagi
- Linha
- Linha em curva
- Linha rápida
- Pirâmide
- Pizza
- Ponto
- Ponto e figura
- Ponto rápido
- Polar
- Plotagem de caixa
- Rosca
- Radar
- Range
- Range em barra
- Range em coluna
- Range em curva
- Renko
- Stepline



- Três quebras de linha

Relatório deve permitir a adição dos seguintes campos aos relatórios:

- Ação com intervenção
- Ação sem intervenção
- Ano
- Antecedentes
- APH
- Apoio Cena
- Apoio Chamado
- Bairro
- Base VTR
- Cargo profissional
- Cidade
- Código deslocamento
- Código do chamado
- Coloração
- Conduta
- Consciência
- Data
- Dia
- Dia da semana
- Endereço
- Equipamento retido
- Estabelecimento Destino
- 1º Estabelecimento da Cena (primeira tentativa de remoção)



- 2º Estabelecimento da Cena (segunda tentativa de remoção)
- 3º Estabelecimento da Cena (terceira tentativa de remoção)
- 1º Motivo Vaga Negada (primeira tentativa de remoção)
- 2º Motivo Vaga Negada (segunda tentativa de remoção)
- 3º Motivo Vaga Negada (terceira tentativa de remoção)
- Estabelecimento Origem
- Faixa de idade
- Ferimentos
- HD
- Intervenção
- Local do chamado
- Local do ferimento
- Localização Solicitante
- Medicamentos
- Mês
- Motivo vaga negada
- Nome paciente
- Nome solicitante
- Óbito
- Prioridade
- Procedimento
- Profissionais
- Respiração
- Sangramento
- Sexo
- Status



- Subgrupo APH cena
- Sudorese
- Tipo APH cena
- Tipo Chamado
- Tipo HD chamado
- Tipo procedimento
- Tipo solicitante
- Tipo VTR
- Usuário abertura chamado
- Usuário enfermagem cena
- Usuário médico cena
- Usuário R.O chamado
- Usuário regulação chamado
- VTR
- Placa VTR
- Cidade VTR
- Agravo de Saúde

Relatórios deve permitir a ordenação por qualquer campo exibido.

Relatórios de resultado consolidados para apoio de atividade gerencial.

MÓDULO DE EXPORTAÇÃO DE DADOS

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Administrador
- Consultas de relatórios

No módulo de Exportação de Dados deverá conter as seguintes funcionalidades:

Exportação de dados com possibilidade de gravação da consulta realizada



Deve permitir a exportação de dados nos seguintes formatos de arquivo:

- XLS
- HTML
- PDF

Exportação de dados deve permitir múltiplas formas de filtragem tais como:

- Faixa de datas
- Faixa de horários
- Mais recentes por dias
- Mais recentes por chamados
- Status
- Número do chamado
- Usuário
- Nome Solicitante
- Nome Paciente
- Faixa de idade
- Sexo
- Cidade
- Bairro
- Endereço
- Veículo
- Tipo de Veículo
- Apoio no chamado
- Apoio na cena
- Prioridade
- Código de Deslocamento



- Tipo de Solicitação
- Subgrupo APH
- Hipótese Diagnóstica
- Tipo de Chamado
- Intervenção
- Tipo de Solicitante
- Distância do paciente
- Local
- Conduta
- Hospital
- Antecedentes
- Consciência
- Respiração
- Sudorese
- Coloração
- Sangramento
- Ferimento
- Local do ferimento
- Tipo do procedimento
- Procedimento
- Medicamento
- Possui convênio médico particular?
- Convênio médico
- Motivo da transferência



Exportação de dados dever permitir múltiplas combinações de dados disponível no software como:

- Alergia
- APH (Cena)
- Apoio Cena
- Cena Preenchida
- CID 10 (Código)
- CID 10 (Descrição)
- Sinais Vitais
- Horário Cena
- Observação RO
- Outra HD
- Prioridade Cena
- Sangramento
- Sudorese
- Ferimento
- Procedimento
- Medicamento
- Tipo de APH (Cena)
- Uso de algum Medicamento
- Antecedentes
- Outros Antecedentes
- Apoio Cena
- Atendimento / Residência
- Conduta VTR
- Óbito



- Remoção / Transferência
- Consciência
- Coloração
- Observação Recusa Atendimento
- Hora Remoção (Multi-itens mínimo 03)
- Hospital Destino (Multi-itens mínimo 03)
- Médico Recusa Remoção (Multi-itens mínimo 03)
- Motivo Recusa Remoção (Multi-itens mínimo 03)
- Motivo Vaga Zero (Multi-itens mínimo 03)
- Recebido por (Multi-itens mínimo 03)
- Vaga Negada (Multi-itens mínimo 03)
- Vaga Zero (Multi-itens mínimo 03)
- Respiração
- Código do Chamado
- Dígito do Chamado
- Apoio Chamado
- Prioridade Chamado
- Queixa primária
- Solicitante
- Status
- Telefone
- Tipo Chamado
- Tipo Solicitante
- Bairro
- Cidade
- Endereço



- Endereço não informado
- Local do Chamado
- Localização Solicitante
- Numero
- Outro Bairro
- Referência
- Idade
- Nome do Paciente
- Sexo
- Base VTR
- Nome VTR
- Data do chamado
- Data Fim TARM
- Data Inicio TARM
- Hora da regulação
- Hora do chamado
- Hora envio VTR
- Hora Inicio RO
- Hora chegada ao destino
- Hora chegada ao local
- Hora da cena
- Hora saída do destino
- Hora saída do local
- Hora saída VTR
- Hora VTR liberada
- Ação Sem Intervenção



- APH Regulação
- Código Deslocamento
- Observação Médica
- Outro APH
- Outro com intervenção
- Outro sem intervenção
- Regulação médica
- Tipo APH regulação
- Tipo de Ação
- Tipo do APH (Regulação)
- Intervenção
- Complemento Destino
- Complemento Origem
- Hipótese Diagnóstica
- Unidade Origem Chamado
- Unidade Receptora Chamado
- Hora final Remoção (Multi-itens mínimo 05)
- Hora início Remoção (Multi-itens mínimo 05)
- Hora Remoção
- Obs. Médica Transferência
- Remoção observação (Multi-itens mínimo 05)
- Remoção vaga zero (Multi-itens mínimo 05)
- Status Remoção
- Unidade destino (Multi-itens mínimo 05)
- Unidade Destino Final
- Unidade Origem Regulação



- Usuário Médico Regulador
- Usuário Rádio Operador
- Usuário TARM

MÓDULO DE FATURAMENTO

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Administrador
- Consultas de relatórios

No módulo de Faturamento deverá conter as seguintes funcionalidades:

Geração automática de arquivo de produção para importação no sistema SIA/SUS seguindo como definido pelo Ministério da Saúde na portaria nº 356/SAS/MS, de 28 de abril de 2013.

MÓDULO DE GEORREFERENCIAMENTO

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Administrador
- Consultas de relatórios

No módulo de Georreferenciamento deverá conter as seguintes funcionalidades:

Georreferenciamento, com atualização automática de mapas e fornecimento de relatórios de atendimento por Cidade, por logradouro, por APH e síndrome de regulação. O Georreferenciamento deverá disponibilizar ao usuário inclusive a visualização panorâmica do logradouro atendido em 360 Graus.

O sistema deverá fornecer a possibilidade de exibir todos os chamados georreferenciado com suas localidades podendo filtrar por:

- Faixa de datas
- Faixa de horários
- Mais recentes
- Status
- Número do chamado



- Usuário
- Nome Solicitante
- Nome Paciente
- Faixa de idade
- Sexo
- Cidade
- Bairro
- Veículo
- Tipo de Veículo
- Apoio no chamado
- Apoio na cena
- Prioridade
- Código de Deslocamento
- Tipo de Solicitação
- Subgrupo APH
- Hipótese Diagnóstica
- Tipo de Chamado
- Intervenção
- Tipo de Solicitante
- Distância do paciente
- Local
- Conduta
- Hospital
- Antecedentes
- Consciência
- Respiração



- Sudorese
- Coloração
- Sangramento
- Ferimento
- Local do ferimento
- Tipo do procedimento
- Procedimento
- Medicamento
- Possui convênio médico particular?
- Convênio médico
- Motivo da transferência

MÓDULO DE RASTREAMENTO

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Rádio Operador
- Administrador

No módulo de Rastreamento deverá conter as seguintes funcionalidades:

- Permitir associar um dispositivo de rastreamento a uma viatura.
- Deverá enviar a cada 5 segundos a longitude, latitude e velocidade de deslocamento do dispositivo quando disponível.
- Quando a distância do ponto atual e o último ponto registrado for menor que 50 metros, o dispositivo não deverá registrar o deslocamento.
- A localização registrada deverá conter uma margem de erro de no máximo 50 metros, caso contrário a localização não deverá ser registrado.
- Deverá permitir a visualização no mapa de todos os dispositivos exibindo a última comunicação, última posição registrada e a velocidade de deslocamento.



- Deverá exibir no mapa um ícone de desativado quando a última comunicação for feita a mais de 15 minutos.
- Permitir exibir histórico do percurso através de uma faixa de data e hora.

MÓDULO DE DISPOSITIVO MÓVEIS

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Médico
- Equipe de Atendimento/Ambulância
- Administrador

No módulo de Dispositivos Móveis deverá conter as seguintes funcionalidades:

- O sistema devera rodar em sistema operacional Android 4.4 ou superior com ou sem GPS.
- Permitir o atendimento online e off-line via dispositivo móvel;
- Atualização automática das informações registradas off-line no dispositivo móvel para a Central de Regulação;
- Recebimento automático das ocorrências para o dispositivo móvel quando o mesmo tiver on-line;
- Suporte a notificações push (mensagens em segundo plano) para alerta imediato de novas ocorrências, atualizações de status e mensagens relevantes do atendimento, com integração a serviço de mensageria de mercado (ex.: serviço de push de plataforma).
- Exibir na tela principal todas as ocorrências que ainda não foram enviadas para o servidor permitindo o acesso para correção das informações.
- O sistema não deverá excluir a ocorrência do dispositivo após o envio dos dados para o servidor.

O sistema deverá exibir os usuários que tiveram interação com o chamado:

- TARM
- Médico Regulador



- O sistema deverá exibir o veículo empenhado no chamado e a equipe de atendimento.
- O sistema deverá exibir todos os dados registrados na ficha de atendimento.
- Permitir a correção/preenchimento do nome, sexo e idade do paciente.
- Registrar o nome de todos os usuários com data e horário que interagiram com a cena.
- Registrar os Tipos de APH e as Hipóteses Diagnósticas encontradas na cena, sendo obrigatório no mínimo um registro.
- Registrar o acompanhamento dos Sinais vitais parametrizados (Ex.: PA, FC, FR, SAT, Cincinati, Glasgow, DX, Temperatura e outros) agrupados por horário de registro.

Deverá ainda registrar os dados parametrizados coletado do paciente como:

- Antecedentes (Ex.: Epilepsia, Etilismo, Asma, HIV e outros)
- Consciência (Ex.: Normal, Confuso, Inconsciente e outro)
- Respiração (Ex.: Via Aérea Pérvia, Via Aérea Obstruída, Normal e outros)
- Sudorese (Presente, Ausente e outros)
- Coloração (Palidez, Normal, Cianose e outros)
- Sangramento (Ausente, Discreto, Volumoso e outros)
 - Permitir registrar quantos ferimentos for necessário com informações parametrizadas como o tipo do ferimento e o local do ferimento.
 - Permitir registrar quantos procedimentos for necessário com informações parametrizadas como o tipo de procedimento e o procedimento e uma observação.
 - Permitir registrar quantos medicamentos for necessário com informações parametrizada como medicamento, a quantidade e uma observação.
 - Permitir o registro do uso de medicamento e alergia do paciente.
 - Registrar a prioridade definitiva de atendimento de acordo com as cores de Manchester ou de acordo com a parametrização, com suas devidas descrições.



- Disponibilizar um campo para todas as observações que o usuário achar pertinente na ficha de atendimento.
- Registrar o apoio utilizado durante o atendimento de acordo com os apoios parametrizados no sistema.

Deverá ainda obrigar a definição de conduta da cena, sendo definida como:

- Atendimento em residência
- Conduta no veículo
- Remoção ou transferência para unidade de saúde.

Deverá permitir a captura de assinatura digital (em formato de imagem, como Base64 ou equivalente) nos seguintes pontos:

- Confirmação da equipe empenhada na viatura, com assinatura individual de cada profissional do plantão
- Conduta do Médico Regulador, Conduta do Médico Intervencionista e Conduta da Equipe de Enfermagem, com assinatura digital do profissional responsável e registro do número do conselho profissional
- Recebimento de pertences do paciente no destino, com assinatura do receptor

Mesma funcionalidade da Escala BE-FAST descrita no Módulo de Registro de Cena deverá estar disponível no aplicativo móvel da equipe de atendimento, com paridade de campos, cálculo da janela terapêutica em tempo real e sincronização com o servidor.

Ao registrar pelo aplicativo móvel os horários de chegada ao local da ocorrência e de chegada ao destino, o sistema deverá comparar a posição GPS atual do dispositivo com as coordenadas (latitude/longitude) do endereço da ocorrência e do estabelecimento de destino. Caso a distância exceda o raio (em metros) configurado por parâmetro, o sistema deverá exibir alerta de divergência ao usuário, sem bloquear o registro. Quando o usuário confirmar o registro mesmo com a divergência, o sistema deverá armazenar: data e hora da confirmação, identificação do usuário, latitude/longitude do dispositivo no momento do registro e a distância calculada.

MÓDULO DE INTEGRAÇÃO COM DISPOSITIVO DE GRAVAÇÃO TELEFÔNICA

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:



- Administrador

No módulo de Integração com Dispositivo de Gravação Telefônica deverá conter as seguintes funcionalidades:

- Acesso dinâmico a gravação telefônica.
- Exportação de arquivos da gravação telefônica no formato MP3/WAV.
- Filtro automático de gravações por chamado.
- Streaming de áudio das gravações telefônicas via internet e intranet.
- Integração ao módulo de Ficha de Chamado onde permita ouvir as ligações compatíveis com o horário da abertura do chamado.

MÓDULO DE SUPORTE

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- TARM
- Médico
- Radio Operador
- Equipe de Atendimento/Ambulância
- Hospital
- Administrador
- Consultas de relatórios

No módulo de Módulo de Suporte deverá conter as seguintes funcionalidades:

- Suporte via WebChat
- Suporte via Acesso Remoto
- Suporte via HelpDesk

MÓDULO DE MONITORAMENTO DE OCORRÊNCIAS

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Administrador



- Consultas de relatórios
- Médico
- Radio Operador

No módulo de Monitoramento de Ocorrências deverá conter as seguintes funcionalidades:

Acesso ao mapa com as ocorrências em andamento e bases de viaturas separados por:

- Base com USA disponível
- Base com veículos disponíveis, exceto USA
- Base sem veículos disponíveis
- Chamado aguardando VTR
- Chamado com VTR empenhada

MÓDULO DE ALMOXARIFADO

Tem acesso a esse módulo os seguintes níveis de usuários:

- Almoхарifado
- Administrador

No módulo de Almoхарifado deverá conter os seguintes cadastros:

- Tipo de item
- Item
- Tipo de fornecedor
- Fornecedor
- Almoхарifado
- Destino
- Nota de entrada
- Saída



- Transferência

No módulo de Almoxarifado deverá conter os seguintes controles:

- Tipo de saída
- Tipo de nota de entrada

O Tipo de item deve ter os seguintes campos:

- Descrição
- Ativo

O Item deve ter os seguintes campos:

- Tipo de item
- Descrição
- Unidade de medida
- Estoque mínimo
- Observação
- Ativo

O Tipo de fornecedor deve ter os seguintes campos:

- Descrição
- Ativo

O Fornecedor deve ter os seguintes campos:

- Razão social
- Nome fantasia
- CNPJ



- Tipo de fornecedor
- Endereço
- Número
- Complemento
- Bairro
- Cidade
- Observação
- Ativo

O Almoxarifado deve ter os seguintes campos:

- Descrição
- Funcionário responsável
- Observação
- Ativo

O Destino deve ter os seguintes campos:

- Descrição
- Ativo

A Nota de entrada deve ter os seguintes campos:

- Número da nota fiscal
- Tipo de nota de entrada
- Almoxarifado destino
- Fornecedor
- Data de entrada
- Observação



- Lista de Itens
 - Item
 - Lote/Patrimônio
 - Quantidade
 - Valor
 - Validade

A Saída deve ter os seguintes campos:

- Tipo de saída
- Almoxarifado
- Funcionário Responsável
- Destino
- Data Saída
- Observação
- Lista de Itens
 - Item
 - Lote/Patrimônio
 - Quantidade em Estoque
- Quantidade Retirada
 - Validade

A Transferência deve ter os seguintes campos:

- Funcionário Responsável
- Origem
- Destino
- Observação



- Lista de Itens
 - Item
 - Lote/Patrimônio
 - Quantidade em Estoque
- Quantidade Retirada
 - Validade

O módulo de Almojarifado deve emitir um alerta visual para os itens que estiverem com a quantidade em estoque igual ou menor ao estoque mínimo.

Com as informações inseridas no módulo de Almojarifado o módulo de Relatório, Gráficos e Estatísticas deve gerar os seguintes relatórios:

- Movimento de Entrada – Analítico
- Movimento de Entrada – Sintético
- Movimento de Saída – Analítico
- Movimento de Saída – Sintético
- Prazo de validade
- Quantidade em estoque
- Valor de Entrada
- Valor de Saída

FUNCIONALIDADE DO APLICATIVO MÓVEL

- O aplicativo móvel deverá ser disponibilizado nas plataformas Android e IOS através das lojas oficiais das plataformas (Google Play para Android) e (Apple Store para IOS) permitindo o seu download gratuito.
- O aplicativo deverá exigir a identificação o usuário para permitir a utilização das funcionalidades do aplicativo.
- A identificação dos usuários deverá ser realizada através de E-mail e Senha.



- O aplicativo deverá permitir aos usuários a realização do seu próprio cadastro informando os seguintes dados obrigatórios: Nome, Senha, Confirmação de Senha, E-mail, DDD e Telefone. Os seguintes dados devem ser solicitados de forma opcional para cadastro do usuário: Sexo, Endereço, Número do endereço, Referência/Complemento, Bairro, CEP, Estado, Cidade e Data de nascimento.
- O aplicativo deverá permitir ao usuário recuperar sua senha em caso de perda, informando o seu e-mail de cadastro e o código de recuperação recebido em seu e-mail.

O aplicativo deverá disponibilizar as seguintes funcionalidades para os usuários após efetuarem login no aplicativo:

- Meus Dados;
- Atendimento;
- Hospitais próximos;
- Familiares;
- Configurações;
- Informações;
- Solicitar atendimento;
- Serviço Monitoramento;

Ao acessar a funcionalidade “Meus Dados” o aplicativo deverá exibir os dados de cadastro do usuário: Nome, E-mail, DDD, Telefone, Sexo, Endereço, Número do Endereço, Referência/Complemento, Bairro, CEP, Estado, Cidade e Data de Nascimento. O aplicativo deverá permitir a alterações dos dados cadastrais do usuário com exceção do E-mail que é a sua identificação. O aplicativo deve permitir ao usuário alterar a sua senha, para efetivar a alteração de senha o usuário deverá informar a senha antiga, informar uma nova senha e confirmá-la. Além dos dados cadastrais e alteração da senha do usuário, aplicativo deverá permitir o cadastro/edição/visualização da ficha médica do usuário contendo as seguintes informações: “Número do SUS”,



“Tipo sanguíneo”,

“Possui plano de saúde?”. Se Sim:

“Nome do Plano de saúde”.

“Número do plano de saúde”.

“Telefone do plano de saúde”

“Você faz uso regular de algum medicamento?” Se Sim

“Qual?”

“Alergia a medicamentos?” Se Sim

“Qual?”

“Alergia alimentar?” Se Sim

“Qual?”

“Alergia a animais?” Se Sim

“Qual?”

“Alergia a produtos químicos?” Se Sim

“Qual?”

“Possui deficiência motora?” Se Sim

“Qual?”

“Possui deficiência auditiva?” Se Sim

“Qual?”

“Possui deficiência visual?” Se Sim

“Qual?”

“Possui doenças crônicas?” Se Sim

“Qual?”

“É gestante?” Se Sim

“Semanas de gravidez?”



Ao acessar a funcionalidade “Atendimento” o aplicativo deverá exibir os atendimentos que já foram solicitados pelo usuário. Ao selecionar um atendimento o aplicativo deverá exibir os dados de:

Status do atendimento, Paciente, Nome do solicitante, Telefone do solicitante, Queixa primária, Observações, Data de abertura, Data de Recebimento pela central de regulação, Nome da central de regulação que recebeu o atendimento, Número do atendimento, Endereço do atendimento, referência/complemento. O usuário pode ainda cancelar um atendimento solicitando por ele.

Ao acessar a funcionalidade "Hospitais Próximos" o aplicativo deverá exibir um mapa com a localização dos estabelecimentos de saúde próximos à localização atual do dispositivo do usuário; Além do Mapa deverá conter uma lista contendo os nomes dos estabelecimentos de saúde, distância aproximada e endereço do estabelecimento de saúde. *Esta funcionalidade necessita que o usuário forneça a permissão para utilizar a localização do dispositivo bem como o aparelho do usuário deve possibilitar a captura da sua localização (GPS)". O aplicativo deverá ainda permitir que o usuário inicie a navegação GPS até o endereço do estabelecimento de saúde selecionado. *A navegação GPS deverá ser realizada por aplicativos de navegação GPS previamente instalados no dispositivo do usuário.

Ao acessar a funcionalidade “Famíliares” o aplicativo deverá exibir a lista de pacientes cadastrados pelo usuário, bem como permitir o cadastro novos pacientes, alteração e exclusão dos pacientes já cadastrados. O cadastro do paciente deve conter as seguintes informações: Nome, Sexo, Endereço, Número do Endereço, Referência/Complemento, Bairro, CEP, Estado, Cidade, Idade O aplicativo também deve permitir o cadastro da ficha médica dos pacientes. A ficha médica dos pacientes deve conter as seguintes informações:

“Número do SUS”,

“Tipo sanguíneo”,

“Possui plano de saúde?”. Se Sim:



“Nome do Plano de saúde”.

“Número do plano de saúde”.

“Telefone do plano de saúde”

“Você faz uso regular de algum medicamento?” Se Sim

“Qual?”

“Alergia a medicamentos?” Se Sim

“Qual?”

“Alergia alimentar?” Se Sim

“Qual?”

“Alergia a animais?” Se Sim

“Qual?”

“Alergia a produtos químicos?” Se Sim

“Qual?”

“Possui deficiência motora?” Se Sim

“Qual?”

“Possui deficiência auditiva?” Se Sim

“Qual?”

“Possui deficiência visual?” Se Sim

“Qual?”

“Possui doenças crônicas?” Se Sim

“Qual?”

“É gestante?” Se Sim

“Semanas de gravides?”

- Ao acessar a funcionalidade “Configurações”, o aplicativo deverá oferecer ao usuário a opção de se desconectar do aplicativo “Sair” da aplicação.



- Ao acessar a funcionalidade “Sobre “, o aplicativo deverá exibir para o usuário a versão do aplicativo e os termos de uso do aplicativo.
- Para agilizar os atendimentos de Urgência na tela principal do aplicativo deve possuir a opção “Solicitar Atendimento” em destaque.
- A funcionalidade Solicitar Atendimento deverá exibir um mapa mostrando a localização do atual do usuário e preencher os dados do paciente com o nome, idade e sexo do usuário. Bem como o endereço atual do dispositivo como endereço do atendimento. Além das informações pré-carregadas o aplicativo deverá exibir a lista de pacientes cadastrados pelo usuário e permitir que o usuário escolha carregar o paciente ou carregar o endereço do paciente para realizar o atendimento. Ao escolher um paciente o aplicativo deverá copiar os dados de Nome, Idade, Sexo. Ao selecionar carregar endereço o aplicativo deverá copiar o endereço do paciente para o atendimento e exibir o novo local de atendimento no mapa.
- Além das opções de escolha do paciente e endereço o aplicativo deverá permitir a solicitação de atendimento para pacientes não cadastrados solicitando ao usuário, porém não obrigando a fornecer os dados de idade, nome e sexo.
- O aplicativo deverá conter um campo para pesquisa de endereços, onde o usuário poderá informar dados de um endereço e o aplicativo irá pesquisar e exibir a lista de endereços encontrados para aquela pesquisa. Permitindo ao usuário a escolha de um destes endereços como local do atendimento. Sempre que o um local de atendimento for informado o aplicativo deverá verificar a área de cobertura do serviço de aplicativo do SAMU. Caso o usuário (Localização Atual GPS) esteja fora da área de cobertura ou o endereço do local de atendimento esteja fora da área de cobertura o aplicativo deverá informar ao usuário que ele está fora da área de cobertura do serviço de aplicativo do SAMU e permitir ao usuário iniciar uma ligação para o SAMU 192 através de seu dispositivo. Caso o local de atendimento e o usuário estejam dentro da área de cobertura do aplicativo, o aplicativo deverá permitir ao usuário solicitar atendimento. Após informar o endereço, os dados do paciente e acionar a opção solicitar atendimento o aplicativo deverá exibir uma interface solicitando a confirmação dos dados do paciente: Nome, Idade e Sexo e Local do Atendimento: Endereço. Permitir a inclusão de referência/complemento para chegada ao local do atendimento. O aplicativo deverá solicitar qual é a queixa primária do paciente e pedir que



o usuário confirme a solicitação do atendimento. Após a confirmação da solicitação o aplicativo deverá enviar os dados do atendimento para o Sistema de Regulação do SAMU. Em caso de sucesso no recebimento das informações o sistema deverá abrir um novo chamado no sistema da SAMU e informar ao usuário do aplicativo o Número do atendimento e solicitar ao usuário que realize uma ligação para o SAMU 192 para prosseguir com o atendimento.

- Caso ocorra algum problema no envio das informações o aplicativo deverá informar ao usuário que não foi possível enviar as informações e dar a opções de tentar novamente, discar 192 ou cancelar a solicitação. A cada nova tentativa, o sistema tentará enviar novamente as informações para a Central de Regulação do SAMU. Em caso de falha no envio, o aplicativo sempre sugerirá ao usuário a opção de discar 192 como alternativa imediata.
- O aplicativo deverá permitir que a central de regulação do SAMU cancele uma solicitação feita pelo aplicativo. Quando o ocorrer o cancelamento de uma solicitação o aplicativo deverá exibir para o usuário do aplicativo o motivo do cancelamento na interface de histórico de atendimentos.
- Na funcionalidade “Serviço Monitoramento”, o usuário poderá habilitar o serviço de monitoramento, enquanto o serviço de monitoramento estiver a habilitado o aplicativo deverá analisar as informações do acelerômetro do dispositivo e sempre que ocorrer uma alterações na força G aplicada sobre o dispositivo maior do que 5G o aplicativo irá informar ao usuário que foi detectada uma alteração na força G aplicada sobre o dispositivo fora do normal e possibilitar a abertura de um atendimento para o usuário. Nos casos em que a detecção da força G aplicada no dispositivo for maior do que 25G, o aplicativo irá tentar solicitar um atendimento automaticamente e iniciar uma ligação para o SAMU 192 com o Viva Voz do dispositivo ativado. A funcionalidade do serviço de monitoramento depende da autorização prévia do usuário, e que o dispositivo do usuário possua os recursos de hardware e software como sensores GPS, Acelerômetros e Conexão Móvel compatíveis com o aplicativo, e que o usuário esteja dentro da área de cobertura dos serviços de Internet Móvel, GPS, telefonia e dentro da área de atendimento do SAMU 192. O Serviço de monitoramento habilitado não garante ao usuário a solicitação de um atendimento automático pelo central de atendimento, apenas aumenta suas possibilidades de atendimento.



MÓDULO DE PACIENTES CRÍTICOS, DESENVOLVIDO EM MÚLTIPLAS PLATAFORMAS, DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA BAIXADA FLUMINENSE PARA GESTÃO DAS SOLICITAÇÕES DE PACIENTES CRÍTICOS:

- Sistema deverá ser compatível com plataforma Windows nas suas versões: 7, 8 e Server tanto X86 como X64.
- O sistema deve ser acessível através das plataformas Windows, Mac, Linux, Android, iOS.
- O software deverá ser um aplicativo web via extranet e via intranet, com informações armazenadas em servidores físicos locais e em datacenter especializado (cloud).
- O software de Pacientes Críticos deve ser integrado a solução atual de regulação médica utilizada pelo Consorcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense afim de facilitar a regulação e gestão em uma única solução.
- O software deve ser integrado a solução de telefonia atual para manter o histórico das gravações pertinentes a solicitação.
- O software deve ser integrado ao serviço de rastreamento atual e aplicativo de prontuário em cena afim de facilitar a regulação e preenchimento das informações.
- O acesso ao sistema deverá ser realizado por meio de senhas individuais criadas pelos níveis de hierarquia (Atendimento, Médico, Rádio Operador, Equipe de Atendimento/Ambulância, Hospital, Administrador), onde o nível Hospital terá acesso somente as vagas e solicitações que tiverem a referida instituição como referência.
- A autenticação deverá ser feita confrontando as credenciais do usuário em banco de dados próprio do sistema.
- A senha do usuário deverá possuir no mínimo 8 caracteres e deverá ser armazenada em banco de dados de forma criptografada, através de função de hash criptográfico (ex.: MD5, SHA-256 ou superior).
- Em caso de 3 tentativas falhas de autenticação o sistema deverá identificar como tentativa de invasão, registrar data e hora, o endereço IP e o nome de usuário de todas as tentativas de acesso falhas, e apresentar sistema redundante de autenticação por confirmação do CPF do usuário para prosseguir com a autenticação.
- O sistema deverá registrar data e hora, o endereço IP e o nome de usuário de todos os acessos.



- Deverá possuir mecanismo de segurança para bloqueia a senha do usuário após 3 tentativas malsucedidas de login utilizando o sistema redundante com confirmação do CPF.
- Deverá possuir no mínimo 1 usuário de nível Administrador, com acesso a todas as funcionalidades do sistema.
- O usuário com nível Administrador deverá ser capaz de cadastrar e definir o nível de acesso aos recursos do sistema para quantos usuários forem necessários.
- Deverá permitir ao usuário com nível Administrador a suspensão e o cancelamento do acesso de qualquer usuário rapidamente.
- Deverá realizar logout automático de usuário depois de 20 minutos de inatividade no uso da aplicação.
- Deverá permitir configuração para desativar a senha do usuário após um tempo sem uso do sistema.
- Deverá possuir proteção contra-ataques XSS, através de mecanismo que garanta a origem da requisição de cliente, caso o sistema ou parte dele faça uso do protocolo HTTP.
- Deverá possuir proteção contra-ataques de injeção de código SQL em todas as funcionalidades do sistema.
- O sistema deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas, 7 (sete) dias por semana, 365 (trezentos e sessenta cinco) dias por ano, a exceção dos dias que serão publicadas novas versões do sistema e/ou banco de dados, as quais deverão ser previamente comunicadas aos usuários.

O software deverá controlar a entrada de informações e todo o fluxo do processo do atendimento conforme abaixo:

Módulo de Parametrização:

- Cadastro de Estabelecimentos
- Cadastro de Leitos
- Cadastro de Equipamentos
- Cadastro de Especialidades



- Cadastro de Status
- Cadastro de Médicos
- Cadastro de Usuários

Módulo de Pacientes Críticos:

- Criação de Solicitação de Pacientes Críticos
- Gerenciamento da capacidade instalada em atendimento de Urgência/Emergência, com Atualização de Status de Vagas e Equipamentos, a unidade terá autonomia para indicar impedimento ou restrições das especialidades e equipamentos.
- Painel de Disponibilidade: Essa tela será um demonstrativo dos leitos cadastrados por unidades e separados por especialidades, as informações desse "Painel" será toda de gerência das unidades (Status dos leitos e equipamentos).
- Filtros avançados e exportação de relatórios no Painel de Disponibilidade de Pacientes Críticos, permitindo filtrar leitos, equipamentos e especialidades por unidade, status e demais critérios operacionais, com exportação em formato planilha eletrônica.
- Acompanhamento da Regulação Médica (Software Integrado via módulo de Regulação Médica)
- Acompanhamento do Despacho (Software Integrado via módulo de Rádio Operação).
- Relatórios sobre toda a Operação
- Registro de sinais vitais e parâmetros clínicos ampliados para Pacientes Críticos, contemplando PA, FC, SO2, FR, Temperatura, Glasgow, RAMSAY (escala de sedação), peso, modo de ventilação e histórico clínico do paciente
- Classificação de risco e tipo de emergência parametrizáveis para Pacientes Críticos
- Registro de diagnóstico via CID-10 vinculado ao chamado, com cadastro próprio de códigos CID e descrição
- Controle de capacidade instalada de leitos por unidade/especialidade, com separação entre "leitos existentes" e "leitos disponíveis" para cálculo automático de ocupação em tempo real



- Histórico de múltiplas regulações médicas por chamado de Paciente Crítico (não apenas a regulação inicial), registrando médico, data, hora, sinais vitais do momento, hipótese diagnóstica e CID a cada nova regulação
- Registro de motivo de cancelamento do chamado de Paciente Crítico
- Cadastro próprio de pacientes no módulo de Pacientes Críticos, com histórico clínico entre múltiplos atendimentos
- Canal de mensageria entre estabelecimentos (hospital de origem e hospital de destino) no contexto do chamado, com registro de remetente, destinatário, mensagem, status de leitura e vínculo ao chamado

Módulo Mobile (Software Integrado via módulo de Dispositivos Móveis):

- Recebimento de Solicitações de Transporte
- Regulação Médica em Cena
- Grade de Referência

Módulo de integração com dispositivo de gravação telefônica (Software Integrado via módulo de Integração com Dispositivo de Gravação Telefônica):

- Deverá estar totalmente integrado com o equipamento de gravação utilizado pelo CONTRATANTE.
- Consultas a ligações telefônicas do atendimento

Módulo de suporte:

- Suporte via WebChat
- Suporte via Acesso Remoto
- Suporte via HelpDesk

ESPECIFICAÇÃO TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

- Deverá ser providenciado pela contratada um treinamento a todos os profissionais envolvidos com os serviços prestados pelo SAMU 192 e que operam as funcionalidades do software.



- É de responsabilidade da empresa fornecedora o treinamento de todos os funcionários que utilizarão o sistema, desde os Tarms, Rádio Operadores, Médicos, Coordenadores, para que todos saibam operar as ferramentas antes do início da utilização;

O objetivo da capacitação é dar uma visão sistêmica da utilização e funcionamento das ferramentas utilizadas, a fim de capacitar todos os funcionários. O programa de treinamento será apresentado previamente à Coordenação do SAMU para apreciação e aprovação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- Cronograma contemplando o início e carga horária de cada treinamento;
- Conteúdo e local da realização de cada treinamento;
- Pré-requisitos dos treinandos;

No final de cada treinamento deverão ser entregues à CONTRATANTE, os seguintes documentos: lista de presença, avaliação do treinamento, avaliação dos treinados e certificação do treinamento a cada treinando.

O programa de capacitação será continuado abrangendo:

- Atualização das novas funcionalidades e/ou módulos que foram implantados ao longo da execução do contrato
- Capacitação de profissionais que venham a fazer parte da equipe do SAMU 192.

SUPORTE TÉCNICO

- Deverá disponibilizar central de atendimento, disponível 7 dias por semana, 24 horas por dia, para abertura de chamado, através de e-mail, chat, telefone, acesso remoto ou sistema específico para este fim.
- Deverá fornecer suporte técnico presencial e remoto para os coordenadores do sistema, em todas as funcionalidades do sistema, de acordo com os prazos definidos sem custo adicional para o SAMU 192.
- Deverá realizar configurações, realizar parametrizações, executar rotinas, importar arquivos, realizar intervenções no banco de dados e emitir relatórios, de acordo com as especificações do SAMU 192, sempre que necessário e quando não for possível ser executado pelo próprio SAMU 192.



- Deverá fornecer credenciais de API de LEITURA ao banco de dados para integrações com Power BI e outros sistemas para criação de relatórios em tempo real.
- Os serviços de Suporte, Atualização e Atendimento remoto deverão atender o Acordo de Níveis de Serviços para a solução de problemas reportados pela CONTRATANTE. Os problemas serão categorizados por nível de severidade, impacto na condição operacional da solução e expectativa de prazo máximo de atendimento, segundo a tabela a seguir:

Severidade		Tempo de Atendimento (horas)	Prazo de Solução após chamado (horas)
Nível	Conceito		
1	Solução sem condições de funcionamento	1	2
2	Problema grave, prejudicando funcionamento da Solução	4	12
3	Problema que gere restrições ao pleno funcionamento da Solução	6	48
4	Problema que não afete o funcionamento da Solução	24	96

Os chamados de Severidade 1 deverão ser atendidos num prazo de 1 (uma) hora após a sua abertura e contarão com um esforço concentrado da CONTRATADA a fim de aplicar as soluções necessárias em até, no máximo, 2 (duas) horas, impreterivelmente, contadas a partir da abertura do chamado. O atendimento a chamados de Severidade 1 não poderá ser interrompido até o completo restabelecimento do serviço envolvido, mesmo que se estenda para períodos noturnos e dias não úteis como sábados, domingos e feriados. Se, após 2 (duas) horas de iniciado o atendimento remoto a um chamado com Severidade 1, o serviço afetado não tiver sido restabelecido, o atendimento on-site deverá ser iniciado em no máximo 1 (uma) hora após esgotado o prazo de 2 (duas) horas de atendimento remoto.

Os chamados classificados com Severidade 2 deverão ser atendidos num prazo de até 4 (quatro) horas após a sua abertura e contarão com um esforço concentrado da CONTRATADA, a fim de aplicar as soluções necessárias em até, no máximo, 12h (doze horas), impreterivelmente, contadas a partir da abertura do chamado. O atendimento a chamados classificados com Severidade 2 não poderá ser interrompido até a recuperação do funcionamento dos serviços e aplicações envolvidos, mesmo que se estenda para períodos noturnos e dias não úteis como sábados, domingos e feriados.



Os chamados classificados com Severidade 3 deverão ser atendidos num prazo de até 6h (seis horas) após a sua abertura e contarão com um esforço concentrado da CONTRATAÇÃO com vistas a aplicar as soluções necessárias em até, no máximo, 48h (quarenta e oito horas), impreterivelmente, contadas a partir da abertura do chamado. Os chamados classificados com Severidade 3, quando não solucionados no tempo definido, serão automaticamente escalonados para nível de Severidade 2, sendo que os prazos de atendimento e de solução do problema bem como os prazos serão automaticamente ajustados para o novo nível de severidade.

Os chamados classificados com Severidade 4 deverão ser atendidos em, no máximo, 24h (vinte e quatro horas) após a abertura, devendo ser solucionado em até 96h (noventa e seis horas).

7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Considerando que a alternativa mais apropriada para atender à demanda do CISBAF, especificamente da CRUR/BF, resultou na escolha de uma solução já consolidada no mercado, a qual, por sua natureza, não implicará na interrupção do funcionamento do referido programa. Ademais, levando-se em conta que tal opção se revela mais vantajosa e abrangente, por contemplar as exigências necessárias à demanda, foi solicitado cotação direta com a empresa, tendo sido obtido o valor estimado da contratação, o qual será detalhadamente apresentado no quadro a seguir:

Item	Descrição Resumida	Fonte de consulta de preços	Data Base	Valor Mensal
01	<p>Fornecimento, implantação, manutenção e suporte técnico de de solução integrada de Call Center, serviços de infraestrutura de TI, software de controle e gestão em saúde e rastreamento, destinados ao atendimento operacional da Central de Regulação Regional da Baixada Fluminense, abrangendo os municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.</p> <p>Cessão de Licença de Software de Controle e Gestão em Saúde, desenvolvido em múltiplas plataformas, de acordo com a necessidade do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência, com fundamento na Portaria MS/GM nº2048/2002 e demais legislações do Ministério da Saúde, em Especial a Portaria MS/nº2026/2011, 1010/2012 e a Portaria SAS/MS/nº 356/2013 para atendimento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência da Baixada Fluminense.</p> <p>O licenciamento contempla a utilização das seguintes cidades:</p>	Solicitação de cotação diretamente com a empresa	10/06/2026	R\$: 62.000,00

Item	Descrição Resumida	Fonte de consulta de preços	Data Base	Valor Mensal
	<p>Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica</p> <p>O Sistema fornece controle de todas as etapas de atendimento do SAMU (atendimento, regulação, cena, controle de frota/radio operador, controle de tempo resposta, inclusive viaturas) e também relatórios de Produção (faturamento) seguindo os padrões das Portarias nos 804/GM, 2048/02, 2026/11 e 1010/12 do Ministério da Saúde, onde são discriminados os procedimentos a serem realizados pelo SAMU.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O direito de uso descrito no item acima, também compreende a disponibilização de software e infraestrutura de TI como serviço contemplando: • Serviço de locação de 02 (dois) servidores físicos locais para armazenamento de dados da solução e contingência para continuidade do serviço; Serviço Mensal R\$ 62.000,00 Página 5 • Serviço de locação de equipamentos para suporte a falta de energia (nobreak) a ser instalado na central de regulação em Nova Iguaçu/RJ contemplando 05 unidades para suportar a carga de 10 computadores; • Serviço de locação de 03 (três) SmartTV que serão utilizados como painéis de monitoramento de bases, chamados, viaturas na Central de Regulação Médica de Nova Iguaçu e fila do call center; • Serviço de disponibilização de 01 (um) link de internet banda larga corporativa com IP Público Fixo de velocidades mínimas: 300mbps de download e 20mbps; • Manutenção Corretiva e Preventiva 24 Horas por dia, 7 dias por semana; • Suporte técnico remoto em horário comercial e plantão 24x7 para tratamento de incidentes; • Serviço de licenciamento de dispositivos móveis embarcados nas ambulâncias para 70 (setenta) unidades, aplicativo MDM, capa antichoque, película protetora de tela e carregador. • Serviço de locação de 01 (uma) Central Telefônica física de alta disponibilidade, IP integrada ao Sistema de Regulação Médica contendo com capacidade de entrada para 02 troncos SIP, 40 licenças para aparelho IP e módulo de sistema avançado de call center e gestão de atendimento; 			

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 8.1.** O prazo de fornecimento do objeto será em até **10 (dez) dias** corridos e começará a contar da data indicada no Termo de Autorização de Fornecimento e Instalação, a ser emitido pela(o) Coordenadoria de TI do Cisbaf.
- 8.2.** O prazo de fornecimento e de instalação do objeto poderão ser prorrogados, mantidas as demais condições da contratação decorrente deste Termo de Referência e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram motivos devidamente evidenciados e sujeitos à análise prévia do setor requisitante.
- 8.3.** A entrega do objeto deverá ser efetuada de forma integral não sendo permitida a entrega parcial, de acordo com a especificação no Termo de Autorização de Fornecimento e Instalação, não sendo permitida a entrega parcial.

9. PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1.** Considerando o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece que o prazo de vigência dos contratos administrativos será o necessário à realização do objeto contratual e à obtenção de seus resultados, justifica-se a adoção de vigência de 12 (doze) meses para o presente contrato, com base nos seguintes pontos:
- 9.2.** Natureza do Objeto Contratual: Trata-se de um serviço/fornecimento de natureza continuada e essencial à manutenção das atividades da administração, cuja descontinuidade acarretaria prejuízos à eficiência e à continuidade do serviço público.
- 9.3.** Economia de Escala e Redução de Custos: A contratação por período mais longo proporciona maior economicidade, evita custos e esforços adicionais com frequentes processos licitatórios e permite melhores condições comerciais e operacionais junto ao contratado.
- 9.4.** Planejamento Orçamentário e Previsibilidade: A vigência de longo prazo possibilita melhor planejamento orçamentário e previsibilidade nos desembolsos da administração, sem comprometer a flexibilidade de gestão contratual, já que o contrato poderá ser rescindido, alterado ou revisto conforme previsto em lei.
- 9.5.** Segurança Jurídica e Estabilidade na Execução Contratual: A duração de 5 anos confere maior estabilidade à execução contratual, garantindo ao contratado segurança para realizar os investimentos necessários à execução eficiente do objeto.
- 9.6.** Prerrogativa Legal: O art. 106 da Lei nº 14.133/2021 autoriza contratos com vigência superior a um exercício financeiro quando houver previsão no edital e justificativa técnica que comprove a necessidade da vigência maior, especialmente para serviços contínuos ou que demandem amortização de investimentos.



9.7. O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados da data indicada na Ordem de Serviço a ser emitido pela **Secretaria Executiva** do **Cisbaf**, após a sua formalização e publicação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**.

10. DA INSTALAÇÃO.

10.1. A solução contratada deverá ser entregue à Contratante por meio de acesso ao ambiente de produção da plataforma, devidamente configurado, parametrizado e com os módulos operacionais definidos no escopo do contrato.

10.2. A entrega será considerada efetivada após:

Disponibilização de **acesso à plataforma web funcional**, com login e senha para os perfis definidos;

Apresentação de **Plano de Implantação e Manual de Operação**;

Criação dos **ambientes de homologação e produção**, com base nos parâmetros informados pela Administração;

Formalização de **termo de entrega técnica**, assinado pelas partes.

11. INSTALAÇÃO E PARAMETRIZAÇÃO

A instalação será compreendida como a execução dos seguintes procedimentos:

- Parametrização inicial da solução conforme fluxos administrativos e operacionais do consórcio;
- Configuração de usuários, perfis de acesso, permissões, municípios consorciados, unidades de saúde, e demais entidades vinculadas;
- Integrações com sistemas externos, quando previstas em edital ou autorizadas pela Contratante;
- Validação da infraestrutura de hospedagem (Data Center TIER III ou superior);
- Disponibilização de funcionalidades essenciais e testes de acesso.

12. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

a. Credenciar, junto ao **Cisbaf**, preposto para representá-lo e atender às requisições efetuadas pelo Gestor da contratação;

b. Fornecer os bens conforme especificações, prazos e nos locais previstos neste Termo de Referência, Edital e seus Anexos, em perfeitas condições e de acordo com o que foi consignado em sua Proposta Comercial, acompanhado(s) da respectiva nota fiscal.



- c. Substituir o objeto as suas expensas, no todo ou em parte, quando fornecido com defeitos ou incorreções, bem como quando em desacordo com o Termo de Referência, o edital de licitação e seus demais anexos;
- d. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do **Cisbaf**, a seus servidores ou ao público em geral, em decorrência do fornecimento de material em desacordo com as especificações deste Termo de Referência, do edital de licitação e seus anexos, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de até 10 (dez) dias contados da comprovação de sua responsabilidade, sob pena das medidas judiciais cabíveis;
- e. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta, em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto, bem como responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, deslocamento de pessoal e quaisquer outras obrigações que incidam ou venham a incidir na execução do objeto;
- f. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela Fiscalização do **Cisbaf**, atendendo as medidas técnicas e administrativas determinadas por esta;
- g. Cientificar imediatamente a Fiscalização sobre qualquer ocorrência anormal que afete o fornecimento do objeto;
- h. Corrigir, prontamente, quaisquer erros ou malfeitos no fornecimento do objeto, atendendo assim, as reclamações, exigências ou observações feitas pela Fiscalização;
- i. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- j. Responsabilizar-se e indenizar por eventuais danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a Fiscalização;
- k. Manter, durante toda vigência do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- l. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto que se fizerem necessários, na forma prevista no art. 125 da Lei Federal n.º 14.133/21;
- m. Demais obrigações conforme contrato.
- n. Não subcontratar ou transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto a ser fornecido.
- o. Disponibilizar a solução contratada em ambiente web, acessível 24h por dia, 7 dias por semana, com uptime mínimo de 99,9%;
- p. Manter ambiente de produção e homologação funcionando de forma isolada, segura e auditável;
- q. Executar a implantação técnica, parametrização e treinamento inicial conforme cronograma aprovado;



- r. Prestar suporte técnico contínuo e em tempo real (24x7), com resposta e solução conforme os níveis de criticidade estabelecidos;
- s. Realizar manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas sem custos adicionais, sempre que necessário para garantir conformidade e desempenho;
- t. Fornecer equipe técnica capacitada e dedicada, incluindo gerente de projeto, responsável por interlocução com a Contratante.
- u. Garantir o armazenamento seguro das informações, com criptografia de dados sensíveis e controle de acessos com autenticação multifatorial;
- v. Implementar políticas de segurança como controle de sessão, registro de logs, bloqueio por tentativas de acesso, e backup automático diário;
- w. Garantir a propriedade e disponibilidade integral dos dados para a Contratante, inclusive com entrega de backup estruturado e completo em caso de rescisão contratual.
- x. A contratada **não poderá usar dados coletados para fins distintos** do objeto contratual, nem compartilhá-los com terceiros não autorizados;
- y. O sistema **não poderá ser descontinuado** ou migrado para nova versão sem anuência formal da Contratante e sem planejamento de transição que assegure continuidade do serviço.
- z. Ao término da vigência contratual, independentemente do motivo de sua extinção, rescisão, encerramento ou não renovação, a CONTRATADA deverá disponibilizar à CONTRATANTE, sem qualquer custo adicional, a totalidade dos dados armazenados e produzidos durante a execução contratual, garantindo a plena portabilidade das informações e a continuidade dos serviços públicos.

A entrega deverá contemplar, no mínimo:

- Banco de dados completo contendo todas as informações operacionais, assistenciais, administrativas, gerenciais, estatísticas e de auditoria registradas durante a vigência do contrato;
- Estrutura integral do banco de dados, incluindo tabelas, relacionamentos, índices, procedimentos armazenados (stored procedures), funções, views e demais objetos utilizados pela solução;
- Dicionário de dados completo e atualizado, contendo a descrição detalhada de todas as tabelas, campos, tipos de dados, chaves primárias, chaves estrangeiras, relacionamentos, regras de negócio e demais informações necessárias para a perfeita compreensão da estrutura da base de dados;
- Documentação técnica que permita a interpretação, consulta e utilização das informações armazenadas;
- Arquivos de backup em formato aberto, amplamente utilizado pelo mercado e compatível com ferramentas de gerenciamento de banco de dados, de forma a possibilitar a restauração integral das informações pela CONTRATANTE ou por terceiros por ela designados;



- Registros históricos, logs de auditoria, anexos, documentos digitalizados, gravações e quaisquer outros dados produzidos ou armazenados pela solução durante a execução contratual.

aa. A CONTRATADA deverá garantir que os dados sejam fornecidos de forma íntegra, consistente, legível e sem qualquer mecanismo de bloqueio tecnológico, criptografia proprietária, dependência de software específico ou qualquer outro recurso que impeça ou dificulte sua utilização pela CONTRATANTE.

bb. A entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias corridos após o encerramento contratual, acompanhada de termo de transferência e validação das informações, permitindo à CONTRATANTE realizar conferências quanto à integridade, consistência e completude dos dados disponibilizados.

cc. Os dados produzidos, armazenados ou processados durante a execução do contrato constituem patrimônio informacional da CONTRATANTE, não podendo a CONTRATADA reter, restringir ou condicionar o acesso às informações sob qualquer justificativa após o término da relação contratual.

dd. A CONTRATADA deverá ainda prestar apoio técnico durante o processo de migração ou transição para outra solução tecnológica, fornecendo os esclarecimentos necessários para a correta interpretação da estrutura de dados e garantindo a continuidade operacional dos serviços sem prejuízo à Administração Pública.

12.2. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- a. Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do fornecimento, inclusive permitindo o acesso de prepostos ou representantes da empresa contratada às dependências do **Cisbaf**, no trato de questões relacionadas à execução do objeto;
- b. Prestar informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto, que venham a ser solicitados por representante legal ou preposto da contratada;
- c. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto fornecido perante as especificações constantes do Termo de Referência e da Proposta Comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- d. Promover o acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, de forma a verificar a sua perfeita execução;
- e. Manter, através da Fiscalização, registros e documentos de controle relacionados com o fornecimento do objeto;
- f. Notificar formalmente a empresa contratada por ocorrências de eventuais imperfeições no curso da execução do fornecimento, fixando prazo para a sua correção;
- g. Aplicar as penalidades por descumprimento de obrigações pactuadas neste Termo de Referência, no edital de licitação e demais anexos;



- h. Verificar, durante a vigência do contrato, a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- i. Efetuar o pagamento do fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos no edital de licitação e seus anexos;
- j. Sustar, no todo ou em parte, a execução do fornecimento do bem, sempre que a medida for considerada necessária;
- k. O **Cisbaf** não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- l. Demais obrigações conforme contrato.

13. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 13.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO**, considerando a pesquisa de preço preliminar.

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EXIGIDA

- 14.1. A proponente deverá apresentar atestado de capacitação técnica referente a implantação de Projeto de Solução Integrada de Atendimento Pré-Hospitalar no Serviço de Atendimento Móvel de Urgência emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão do licitante para atendimento aos serviços compatíveis com a natureza do objeto da presente licitação, constando as especificações dos serviços prestados. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 14.2. Entende-se por compatíveis o(s) atestado(s) que apresentar(em) a execução dos serviços, considerando implantações de software de regulação médica de urgência em centrais de regulação no Brasil. A comprovação poderá ser feita através de 01 único atestado, desde que a prestação dos serviços tenha sido ou esteja sendo realizada de forma concomitante.
- 14.3. A documentação apresentada deverá conter informações que permitam contactar a empresa atestante para fins de aferição.
- 14.4. Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive



para os efeitos previstos nos artigos 169, § 3º, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e 337–F do Código Penal.

14.5. Apresentar a declaração expressa da proponente, indicando 1 (um) Gerente de Projeto, que será o responsável pela gestão de entrega da solução, devendo ser um profissional em nível superior com graduação e/ou especialização comprovada em ciência da computação. O mesmo não poderá ser substituído sem autorização da CON-TRATANTE.

14.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

15. PROVA DE CONCEITO (POC)

Com fundamento e nos princípios da eficiência, transparência e julgamento objetivo previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, poderá ser exigida a realização de Prova de Conceito (Proof of Concept – POC) como condição prévia à assinatura do contrato, visando assegurar a aderência da solução ofertada às necessidades da Administração.

15.1. Objetivo da POC

A Prova de Conceito tem como finalidade:

- Verificar a conformidade da solução ofertada com os requisitos técnicos, operacionais e funcionais exigidos no Termo de Referência;
- Avaliar a usabilidade, navegabilidade, desempenho e segurança da plataforma;
- Comprovar que o sistema encontra-se em estado de prontidão funcional, vedada a entrega de protótipos ou versões de desenvolvimento;
- Validar, em ambiente controlado, a integração entre módulos, a emissão de relatórios e os principais fluxos de trabalho administrativos do consórcio.

15.2. Procedimentos

A empresa vencedora da licitação será convocada oficialmente para apresentação da POC, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, devendo realizar:

- Demonstração prática da solução em ambiente similar ao de produção;
- Execução dos casos de uso definidos previamente pela equipe técnica da Contratante;

- Apresentação da estrutura de segurança, autenticação, trilhas de auditoria e controle de acesso;
- Exibição de relatórios, dashboards e exportação de dados.

15.3. Critérios Objetivos de Avaliação da Prova de Conceito (POC)

A Prova de Conceito será avaliada por Comissão Técnica designada pela Contratante, que verificará objetivamente o atendimento dos requisitos funcionais, técnicos e operacionais constantes neste Termo de Referência.

A avaliação será realizada mediante roteiro de testes previamente elaborado pela Comissão Técnica, contendo cenários práticos relacionados às principais funcionalidades da solução.

Cada requisito avaliado receberá uma das seguintes classificações:

- **Atendido (A):** funcionalidade demonstrada integralmente e em conformidade com o Termo de Referência;
- **Atendido Parcialmente (AP):** funcionalidade demonstrada com restrições que não comprometam sua utilização;
- **Não Atendido (NA):** funcionalidade não demonstrada ou incompatível com os requisitos estabelecidos.

Serão considerados requisitos essenciais, entre outros:

- Abertura e gerenciamento de chamados;
- Regulação médica;
- Rádio operação e despacho de viaturas;
- Registro de cena;
- Controle de viaturas e equipes;
- Georreferenciamento e localização de ocorrências;
- Relatórios, gráficos e indicadores gerenciais;
- Controle de acesso por perfis de usuários;
- Registro de trilhas de auditoria;
- Exportação de dados e geração de relatórios;



- Funcionalidades específicas obrigatórias previstas neste Termo de Referência.

A solução será considerada aprovada quando:

- Demonstrar o funcionamento de 100% (cem por cento) dos requisitos classificados como essenciais;
- Obter índice mínimo de atendimento de 95% (noventa e cinco por cento) do total dos requisitos avaliados na Prova de Conceito;
- Não apresentar falhas que impeçam a execução dos processos operacionais considerados críticos pela Contratante;
- Não exigir desenvolvimento futuro para atendimento de funcionalidades classificadas como obrigatórias neste Termo de Referência.

Será lavrada ata de avaliação da POC, contendo o resultado, observações e eventuais correções solicitadas.

A avaliação da Prova de Conceito terá caráter exclusivamente verificatório, não sendo admitida a apresentação de protótipos, simulações não funcionais, telas estáticas ou funcionalidades em desenvolvimento.

15.4. Consequências da Não Aprovação

Caso a solução ofertada não atenda aos requisitos essenciais durante a POC, a empresa será desclassificada, com a imediata convocação da licitante subsequente classificada, nos termos do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

Será garantido o contraditório e ampla defesa, conforme art. 121 da referida Lei.

16. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

16.1. Balanços patrimoniais e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, acompanhados dos Termos de Abertura e Encerramento do Livro Diário, o qual deverá estar devidamente registrado na Junta Comercial ou no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas da sede ou domicílio da empresa, ou ainda, pelo Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

16.2. Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

17. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 17.1.** Não será admitida a subcontratação, sub-rogação, cessão ou transferência no todo ou em parte do objeto.

18. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 18.1.** O gerenciamento e a fiscalização do contrato caberão, respectivamente, a servidores da **Coordenadoria de TI do Cisbaf**, que determinará(ão) o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos da **Resolução 03/2024 e art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021**, na(s) sua(s) falta(s) ou impedimento(s), ao(s) seu(s) substituto(s).
- 18.2.** Ficam reservados ao Gestor do Contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o **Cisbaf** ou modificação da contratação.
- 18.3.** As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.
- 18.4.** A Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Gestão e Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.
- 18.5.** A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Contratante ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da Contratante ou de seus prepostos, devendo, ainda, a Contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Contratante dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

19. FORMA DE PAGAMENTO

- 19.1.** A contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao Protocolo do **Cisbaf**, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

- 19.2.** Para execução do pagamento, a contratada deverá emitir nota fiscal correspondente à sede ou filial que apresentou a documentação na fase de habilitação, sem emendas, rasuras ou borrões, legível e em nome do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Baixada Fluminense - **Cisbaf**, CNPJ nº 03.681.070/0001-40 situado à Av. Governador Roberto da Silva, 2012, Posse, Nova Iguaçu, CEP: 26020-740.
- 19.3.** O pagamento será efetuado pelo **Cisbaf** mediante crédito em conta corrente da contratada, até o 30º (trigésimo) dia consecutivo, contado da atestação da nota fiscal, verificado o recebimento do objeto contratual e cumpridas as formalidades legais e contratuais previstas, bem como observadas as condições estabelecidas neste TERMO DE REFERÊNCIA e a ordem cronológica prevista no artigo 141 da Lei Federal 14.133/21.
- 19.4.** Na hipótese da apresentação de erros no documento de cobrança, fica suspenso o prazo para o pagamento respectivo, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

20. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

- 20.1.** Nos termos do art. 40, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, foi avaliada a possibilidade de parcelamento do objeto da presente contratação. Contudo, concluiu-se que o parcelamento não se mostra técnica nem economicamente viável, uma vez que a solução pretendida consiste em um conjunto integrado de serviços, softwares, infraestrutura tecnológica, suporte técnico, manutenção, hospedagem, telefonia, rastreamento, dispositivos móveis e demais recursos necessários ao funcionamento da Central de Regulação Médica das Urgências e das operações do SAMU Regional da Baixada Fluminense.
- 20.2.** A divisão do objeto em múltiplas contratações poderia resultar em dificuldades de integração entre sistemas e componentes tecnológicos, aumento da complexidade operacional, fragmentação das responsabilidades contratuais e maior risco de indisponibilidade dos serviços, comprometendo a continuidade e a eficiência das atividades desempenhadas pelo SAMU.
- 20.3.** Além disso, a solução exige interoperabilidade permanente entre os módulos de atendimento TARM, regulação médica, rádio operação, registro de cena, dispositivos móveis, rastreamento veicular, telefonia IP, banco de dados, relatórios gerenciais e demais componentes da plataforma. A eventual contratação de fornecedores distintos para cada parcela poderia gerar incompatibilidades técnicas, conflitos de responsabilidade em casos de falhas, aumento dos custos de gestão contratual e dificuldades na manutenção evolutiva e corretiva da solução.

20.4. Sob o aspecto econômico, a contratação integrada proporciona ganhos de escala, padronização tecnológica, simplificação da gestão contratual e maior eficiência na prestação dos serviços, reduzindo custos administrativos relacionados ao gerenciamento de múltiplos contratos, equipes técnicas e processos de fiscalização.

20.5. Ressalta-se ainda que a indivisibilidade funcional da solução decorre da necessidade de garantir disponibilidade contínua, segurança da informação, integridade dos dados e desempenho adequado das operações críticas de urgência e emergência, não sendo possível dissociar os componentes que integram a plataforma sem prejuízo ao resultado pretendido pela Administração.

20.6. Dessa forma, considerando a natureza integrada do objeto, a interdependência entre seus componentes, os riscos operacionais decorrentes da fragmentação contratual e a busca pela obtenção da solução mais vantajosa para a Administração, justifica-se o não parcelamento da contratação, em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

21. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

21.1 - Não será admitida a participação de pessoas jurídicas em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, por não se tratar de execução contratual de dimensão de alta complexidade e grande vulto financeiro.

22. DIREITOS AUTORAIS E PROPRIEDADE INTELECTUAL

22.1 - Com relação a presente contratação não se aplica condições relacionadas a Direito Autoral e Propriedade Intelectual, por não ser o objeto desse TR, não sendo necessário, nesse caso, ceder à Administração os referidos direitos sobre o objeto e demais regras pertinentes.

23. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste Termo de Referência e do correspondente Edital, o **Cisbaf**, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos termos da lei civil, aplicará à **CONTRATADA**, conforme o caso, as penalidades previstas nos artigos 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/21.

24. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



- 24.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do **Cisbaf**. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Unidade Gestora: CISBAF

Fonte de Recursos: FR 1.899.05 SAMU/CRU

Programa de Trabalho 01.01.04.126.0022.2.006 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - SAMU – CENTRAL

Elemento de Despesa: 3.3.90.40.06.01.00 – TIC – LICENCIAMENTO DE USO DE PROGRAMA - SOFTWARE

- 24.2.** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

25. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 25.1.** O presente Termo de Referência foi concebido com base nas normas legais aplicadas à matéria.
- 25.2.** Este Termo de Referência constituirá parte integrante do edital da licitação a ser instaurado para viabilizar a contratação de empresa devidamente qualificada e que apresente o melhor preço para fornecimento do bem objeto desta demanda.
- 25.3.** As empresas interessadas em participar da licitação serão integralmente responsáveis pela avaliação e levantamento dos custos relativos à execução do objeto, sendo inteiramente responsáveis por eventuais prejuízos decorrentes de avaliação equivocada ou da sua ausência.

26. ANEXOS

- 26.1.** Anexo A – Estudos Técnicos Preliminares

Rio de Janeiro, 10 de Junho de 2026.



<i>Elaborado por:</i> Fabício Teixeira de Melo Coordenador de Tecnologia da Informação 10146-0	<i>Aprovado por:</i> Rosangela Bello Secretaria Executiva 10002/01
--	--